



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 08 DE JANEIRO DE  
2021**

-----Aos oito dias do mês de janeiro de 2021, no Cineteatro Municipal João Mota, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----  
-----**5. 18ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens / 14ª Edição do concurso “As cores da  
Cidadania”.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----  
----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Angelina Maria Mestre Palma Patrício -----  
-----Pelo Grupo Municipal do PS – Pedro Miguel dos Santos Mesquita, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, Faustino Marques, Afonso Manuel Cardoso Pessoa e José Carlos de Almeida Fernandes Dias.-----  
-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----  
-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----  
-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos. -----  
-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----  
-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva, José Henrique Peralta Polido e Francisco José Pereira Luís. -----

-----**A Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes desejando um Bom Ano de 2021, com a força com que cada um devia cooperar nas medidas relativamente às questões da segurança e da saúde que iria envolver a todos nos tempos mais próximos, e também com a esperança de que a vida seria melhor com a colaboração de todos. -----

-----Deixou um cumprimento especial aos munícipes sesimbrenses e, a todos aqueles que estivessem a acompanhar a transmissão da reunião em direto, deixou os votos sinceros da AM de um Bom Ano 2021.

-----Informou em seguida que a Deputada Luisa Carvalho solicitara a suspensão do seu mandato pelo período de 90 dias, por razões de ordem profissional, sendo que nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão atualizada, o pedido de suspensão devia ser apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação, tendo sido convocado o Deputado Faustino Marques. -----

-----Justificou em seguida ausência dos Deputados Sérgio Faias e Bertina Duarte, que eram substituídos pelos Deputados Afonso Pessoa e José Carlos Dias, respetivamente. -----

-----Também justificou a ausência da Deputada Sónia Narciso Lopes, que estava ausente por questões de saúde, tendo sido substituída pela Deputada Angelina Patrício.-----

-----Deixou um voto de rápidas melhoras à Deputada Sónia Lopes, que tinha sido sujeita a uma operação.-----

-----Informou em seguida, que conforme deliberado na sessão ordinária de dezembro, esta era a 2ª reunião dessa mesma sessão, e por esse motivo, os 3 únicos documentos inseridos no Período de Antes da Ordem do Dia eram votos de pesar.-----

-----No Período da Ordem do dia, seria feita a apreciação da Atividade Municipal e a deliberação sobre a 18ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens e a 14ª Edição do concurso “As cores da Cidadania”. ----

-----Solicitou que fosse feito um esforço no ponto que dizia respeito à Atividade Municipal, e assim seria possível cumprir os tempos indicados no Regimento, para que fosse possível também terminar os trabalhos às 22h30 devido à restrição de circulação na via pública a partir das 23h00. -----

-----De seguida, declarou aberto o **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**, com o **Voto de Pesar pelo falecimento do Mestre António Pila**, e cedeu a palavra ao Deputado Afonso pessoa, para que este fizesse a leitura do respetivo documento. -----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Afonso Pessoa** começou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida, passou à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Mestre António Pila, que a seguir se transcreve:-----

-----*“No passado dia 25 de dezembro de 2020, faleceu António Manuel Gomes Pila.-----*

-----*Natural da freguesia de Santiago, concelho de Sesimbra, onde nasceu a 16 de abril de 1962, António Pila dedicou a sua vida ao Mar e à Pesca Artesanal, ofício que desempenhou desde tenra idade.-----*

-----*A sua paixão pelo Mar e pela Pesca, conduzem-no à Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro Sul (AAPCS), associação com mais de vinte anos de existência, da qual se torna membro. Nesta associação, desenvolve trabalho no âmbito da representação e defesa dos seus associados, pequenos armadores artesanais, seja diretamente tratando de assuntos relacionados com licenças de pesca ou com a Capitania, seja indiretamente, promovendo candidaturas a fundos comunitários, realização de várias ações de formação, ou aquisição de equipamentos de proteção individual e segurança.-----*

-----*Tendo em conta a sua dedicação, empenho e trabalho árduo, chega à direção da associação em 2010, sendo eleito presidente em 2013, cargo que desempenhou com entrega até ao último dia.-----*

-----*Como presidente da Associação interveio no encontro nacional de pescas, inserido nas comemorações do dia do Mar, no Painel – Pesca Artesanal, Polivalente, Cerco e Arrasto, realizado no dia 16 de Novembro de 2019.-----*

-----*Foi um dos grandes dinamizadores da criação do “Cabaz do Peixe” em julho de 2015, que visa promover a pesca artesanal de Sesimbra e fazer chegar ao consumidor peixe fresco a um preço mais acessível, assim como a comercialização de proximidade entre o pescador/produtor e o consumidor.-----*

-----*Em representação da AAPCS, foi parceiro da Liga para a Proteção da Natureza (LPN) em alguns dos seus projetos de conservação marinha e sustentabilidade da pesca ao longo das últimas duas décadas, tendo sido também, peça chave no funcionamento do Grupo do Mar – Grupo Consultivo do Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida.-----*

-----*Foi ainda membro do Conselho Municipal das Pescas de Sesimbra, onde se destacou com uma participação crítica e ativa acerca dos assuntos e problemas relacionados com o setor.-----*

-----*Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 8 de janeiro de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de António Pila e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências.-----*

-----*Dar conhecimento:-----*

-----*Aos familiares; Associação dos Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro Sul; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Conselho Municipal*

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*das Pescas de Sesimbra; Docapesca – Portos e Lotas, SA; Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (APSS); Mútua dos Pescadores; Comunicação social local e regional.” -----*

-----De seguida, foi cedida a palavra á **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Deputada Laura Correia**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e fazer a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Almeida**, que abaixo se transcreve: -----

-----“*Fernando Almeida – Homem do associativismo -----*  
-----*Fernando Almeida teve uma vida ligada ao associativismo e ao desporto, dedicando-lhes, desde cedo, muito do seu tempo e da sua energia. Atualmente, com 72 anos, mantinha uma participação muito ativa na vida associativa local. Era presidente da direção da Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade, presidente da direção da Associação Cultural e Desportiva da Cotovia à qual esteve ligado desde 2008, quando fez parte de uma Comissão Administrativa para que a coletividade não encerrasse portas.-Era secretário na Irmandade do Senhor Jesus das Chagas, pertencia à Comissão da Festa das Chagas e foi ministro da comunhão durante largos anos na Igreja de Santiago. Para além disso, colaborava com a rádio Sesimbra FM há mais de 15 anos. -----*

-----*Em 2019, a Câmara Municipal atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Grau Bronze pelo papel importante que desempenhou ao nível do associativismo, da promoção do desporto e da comunicação social. Com a sua partida, o município perde um grande dinamizador do associativismo e do desporto. O seu contributo, empenho e exemplo serão para sempre recordados. -----*

-----*António Fernando Almeida nasceu em 9 de maio de 1948 em Lisboa, mas residia há quase cinco décadas no concelho de Sesimbra. Começou aos 14 anos a jogar futebol no Clube Futebol Benfica, onde se manteve até à categoria de júnior. Ingressou depois no Sporting Clube de Portugal, para jogar uma época, tendo sido transferido para o Alhandra Sporting Club onde permaneceu até ao momento de cumprir o serviço militar. -----*

-----*Em Angola ingressou no A.S.A.S. de Luanda clube no qual jogou até ao regresso a Portugal. Voltou a jogar no Clube Futebol Benfica, durante uma época desportiva, passando depois para a empresa T.L.P. onde era funcionário. Aqui jogou também Voleibol e foi vários anos Campeão do Inatel. -----*

-----*Dos 25 aos 45 anos foi árbitro de Hóquei em Patins, retirando-se quando começou a fazer relatos e comentários na Rádio Santiago, atualmente Sesimbra FM, com quem colaborou durante mais de 15 anos. Da sua experiência na comunicação social destaca-se também um ano como técnico e repórter na Sesimbra TV.-----*

-----*António Fernando Almeida teve sempre uma forte ligação ao movimento associativo. Em Lisboa*

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*pertenceu à direção do Clube Futebol Benfica, onde exerceu as funções de Secretário e ao Clube Portugal Telecom, e onde foi secretário-geral durante cinco anos.*-----

*-----É com enorme pesar que a Assembleia Municipal, reunida a 8 de janeiro de 2021, transmite à família e amigos de António Fernando Almeida, assim como à Associação de Beneficência de Amizade e de Solidariedade e Associação Desportiva da Cotovia, sentidas e sinceras condolências pelo seu falecimento.*

*-----Guarda ainda um minuto de silêncio em sua memória.*-----

*-----Dar conhecimento: -----*

*-----Família; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade; Associação Cultural e Desportiva da Cotovia e Comunicação social local e regional.”-----*

*-----Logo após, a **Presidente da AMS** fez a leitura do **Voto de Pesar pelo Falecimento de Carlos do Carmo**, que a seguir se transcreve:-----*

*-----“Carlos do Carmo – Fadista de inigualável valor cultural -----*

*-----Nas primeiras horas do dia 1 de janeiro, fomos surpreendidos com a notícia do falecimento de Carlos do Carmo, com cerca de 81 anos de idade, e 58 anos de carreira deixando um património de fadista que todos lhe reconhecemos. -----*

*-----Artista de grande prestígio no país e no mundo, foi um dos principais e mais determinantes embaixadores da Candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade. -----*

*-----Foi uma figura central na criação do Museu do Fado mantendo uma estreita colaboração e disponibilidade para desenvolver iniciativas na instituição. -----*

*-----Foi igualmente o grande impulsionador da música portuguesa e do Fado em especial, junto dos artistas “mais jovens” considerado como o grande “mestre”, e promotor de uma nova dimensão da música e da língua portuguesa, como o criador do “Fado-novo”. -----*

*-----Desempenhou um “papel fundamental na divulgação dos maiores poetas portugueses”, e como fadista que todos o recordam, como o grande promotor da cultura portuguesa, no país e no estrangeiro.*

*Granjeou, no país e no mundo vários prémios, galardões e homenagens que premiaram o seu contributo ao país e à cultura portuguesa, considerado e reconhecido como uma das maiores referências no fado. -----*

*-----Carlos do Carmo assumiu sempre uma atitude atenta às mutações sociais, ocorridas na sociedade portuguesa, não deixando de manifestar a sua preocupação aos factos, com atenção cívica e democrática.*

*-----*

*-----Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 8 de janeiro de 2021, manifesta*

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*profunda tristeza e pesar pela partida de Carlos do Carmo, associando-se à dor de sua esposa, filhos, familiares e amigos que vivem este momento tão marcante nas suas vidas.*-----

-----*Guarda ainda um minuto de silêncio em sua memória.*-----

-----*Dar conhecimento:*-----

-----*Família; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Câmaras e Assembleias Municipais da AML e Península de Setúbal; Área Metropolitana de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Sociedade Portuguesa de Autores; Museu do Fado; Casa do Artista; Comunicação social local, regional e nacional.*-----

-----Feita a leitura dos 3 votos de pesar, a AMS **deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo Falecimento do Mestre António Pila, aprovar por unanimidade o Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Almeida, e aprovar por unanimidade, o Voto de Pesar pelo Falecimento de Carlos do Carmo.**

-----Logo após, foi guardado um minuto de silêncio em memória destes.-----

----- Em seguida, antes de dar início ao Período da Ordem do Dia (POD), **a Presidente** informou que, tendo em conta que já tinham a documentação referente ao Contrato de Concessão e Exploração e Gestão e Regime de Concessão de Serviço Público de Lugares e Parques de Estacionamento, e que entretanto receberiam também o processo do pedido de empréstimo, previa-se que a próxima sessão da AM se realizasse dia 5 de Fevereiro também para a apreciação destes 2 pontos, para além da apreciação da Atividade Municipal. Acrescentou que até lá, estes 2 assuntos iriam merecer a atenção das respetivas comissões.-----

-----Dando início ao PAOD como o **1º ponto da ordem de trabalhos: “Apreciação da Atividade Municipal”**, a Presidente explicou que, como todos sabiam, de acordo com o regimento, era feita a atribuição dos tempos de intervenção em cerca de 10 minutos por cada grupo político, para que depois o Presidente da Câmara pudesse esclarecer as questões colocadas em um tempo definido de 50 minutos.

-----De seguida cedeu a palavra **ao Deputado João Rodrigues**, e este começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua primeira questão era relativa a um tema que já tinha abordado na reunião de 26 de junho de 2020, que dizia respeito ao Conselho Municipal de Segurança.-----

-----Como tinha referido na altura, este Conselho havia tomado posse a 26 de abril de 2018, e até então só tinha reunido 2 vezes, nomeadamente a 23 de maio de 2018 e a 23 de novembro do mesmo ano. O que significava que não reunia há mais de 2 anos, quando a lei que o havia instituído e o seu próprio regulamento, determinava que reunisse ordinariamente 1 vez por trimestre, era preciso dizer que era da competência do Sr. Presidente da CM convocar essas reuniões.-----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que ainda se lembrava da resposta do Sr. Presidente relativamente a essa questão, e que havia argumentado que tinha reuniões mais ou menos frequentes com muitos dos membros desse conselho. Perguntou porque é que não faziam parte dessas reuniões os cidadãos eleitos pela AMS para o respetivo conselho, do qual o GM do MSU havia indicado a Cidadã Maria Osório. Perguntou também o que é que sentiriam esses cidadãos, que provavelmente pensavam que o Conselho de Segurança e/ou os próprios não contavam para nada. -----

-----Perguntou se o Presidente tinha a intenção de reunir com esse conselho até ao final do mandato, e se nestes últimos 2 anos tinha enviado qualquer comunicação aos seus membros a justificar essa total ausência de reuniões. -----

-----No âmbito de declaração do município que havia assumido intenção de estabelecer protocolos de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, com o Centro Comunitário da Quinta do Conde e com o Cercizimbra para comparticipação financeira no âmbito de candidaturas ao Programa de Alargamento da rede de Equipamentos Sociais (PARES), para construção ou ampliação de lares e estruturas residenciais para idosos, perguntou qual era a expectativa do executivo, há data de hoje, para o montante de envolvimento financeiro da Autarquia nestes projetos. -----

-----Ainda relativamente a esta questão, disse que o MSU defendia a concretização de projetos de construção ou ampliação de lares e estruturas residenciais para idosos para fazer face a uma população cada vez mais envelhecida. -----

-----Perguntou, tendo em conta o período pandémico que se atravessava, se na realidade fazia sentido que na reunião de Câmara de 4 de fevereiro de 2020 tivesse sido aprovada a nova tabela de taxas municipais, ainda mais considerando que a atualização tinha sido feita com base na última taxa de inflação anual conhecida, relativa a 2019, e que tinha sido de apenas 0,3%, o que dava um acréscimo de 0,30€ por cada 100 euros. Perguntou também se não seria mais razoável manter a tabela que estava em vigor.-----

-----Questionou qual era a previsão para o início da empreitada das redes pedonais e cicláveis na Azoia e Aldeia Nova da Azoia.-----

-----Questionou também qual era o motivo da resolução sancionatória do contrato de empreitada de ampliação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho e eventuais consequências para a sua concretização nos prazos previstos.-----

-----Disse que como todos sabiam, a Vila de Sesimbra tinha a forma de concha, e tendo isso em conta, perguntou se já tinha sido equacionado e se seria possível no futuro a construção de uma escapatória de inversão de marcha ou rotunda até junto da instalação dos Bombeiros, que permitisse o retorno em dias

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de trânsito excessivamente congestionado, especialmente durante a época balnear, sem que se tivesse de entrar na Vila.-----

-----Disse também que, considerando que na reunião extraordinária da CM de 23 de dezembro de 2020, tinha sido deliberado desencadear o procedimento e publicitação da 3ª alteração do Regulamento de Trânsito do Município de Sesimbra, e solicitou ao Presidente da CM que apresentasse à AM as alterações mais significativas. Este pedido pretendia reforçar a sua publicitação, já que o prazo para a apresentação de contributos era de apenas 10 dias, após a sua publicação.-----

-----Solicitou ao Presidente da CM o ponto de situação sobre a evolução da pandemia no Concelho. -

-----Disse que queria deixar uma nota final nesta sua intervenção relativamente à 2.ª reunião da sessão ordinária de dezembro, já que a mesma tinha sido dividida devido às restrições atualmente em vigor. Explicou que na primeira reunião da sessão tinha-se feito justiça quanto àquilo que o próprio havia defendido na sessão extraordinária de 18 de outubro de 2019, em que mais de metade desta assembleia tinha discordado de si quando havia afirmado que era a autarquia que suportava os encargos com as pavimentações em discussão e votação naquela altura, no âmbito do Plano de Urbanização das Fontainhas, Casal do Sapo e Courelas da Brava.-----

----- Disse também que quando o Deputado Pedro Mesquita se havia pronunciado relativamente à falta de pavimentações na Quinta do Conde nos últimos anos, tinha-se levantado uma grande discussão, mas o Presidente da CM, na sua intervenção, tinha sido claro ao indicar várias pavimentações que tinham sido feitas pela autarquia, incluindo as do Casal do Sapo. Relembrou que o Deputado tinha retorquido dizendo que não e que seriam os proprietários através das AUGI'S que suportariam aquelas pavimentações, mas o Presidente da CM tinha voltado a intervir para reafirmar, de forma inequívoca, que aquelas pavimentações tinham sido feitas com investimento municipal embora as AUGI é que tivessem de as fazer. O Presidente tinha dito também, que a CM não iria receber, e que a mesma recebia taxas urbanísticas e não recebia das AUGI'S. -----

----- Recomendou a quem tivesse dúvidas relativamente ao que havia acabado de expor, que verificasse a gravação da referida sessão entre os minutos 1'51 e 1'53, da segunda parte da gravação.-----

-----Disse que para si, naquela altura, os documentos de suporte àquela reunião eram claros e não faziam suscitar dúvidas, e o tempo tinha dado razão, e talvez por isso, hoje, pudessem todos intender melhor a sua indignação e a persistência na defesa da sua opinião.-----

-----**A Presidente da Assembleia** disse que gostava de deixar um esclarecimento ao Deputado João Rodrigues, independentemente das questões que, por ventura, o Presidente da CM intendesse esclarecer.

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Disse que o Contrato de Concessão e Exploração e Gestão do Regime de Concessão de Serviço Público, seria debatido perante a respetiva comissão, oportunamente.-----

-----Solicitou novamente o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues**, que disse que não tinha referido este documento, mas sim um documento de financiamento, que tinha sido aprovado na AMS para que a Câmara pudesse fazer aquela pavimentação, sobre o qual tinha dito que seria a CM a suportar as despesas, e a maioria da assembleia tinha contestado ao dizer que não e que seriam os proprietários e a respetiva AUGI a suportar as mesmas. -----

-----Referiu que a Coordenadora do SAAM, que tinha dado apoio à reunião da comissão, provavelmente lembrava-se que o próprio tinha afirmado várias vezes que não era isso o que estava escrito. -----

-----Concluiu dizendo que não queria que as pessoas ficassem baralhadas porque estavam a falar de uma situação que tinha ocorrido em 2019. -----

-----**A Presidente** agradeceu a intervenção do Deputado, e referiu que de qualquer das formas, como estava a referir há pouco, o Contrato de Concessão e Exploração e Gestão do Regime de Concessão de Serviço Público, seria apreciado no seio da respetiva comissão, como tinha vindo a ser prática desta a AM, na abordagem destes assuntos. -----

-----Solicitou a palavra o **Deputado Afonso Pessoa**, que desejou um Bom Ano a todos os presentes e disse, relativamente à empreitada da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e a resolução do contrato, que já tinha visto alguns comentários no *Facebook* sobre esse assunto, mas gostava de ter uma informação mais precisa sobre o que realmente tinha acontecido relativamente a desmobilização do estaleiro da obra e à remoção dos tapumes que estavam a ser efetuados pelo atual empreiteiro. -----

-----Questionou se iriam recolocar a proteção e se o iriam fazer com um sistema idêntico ao que estava, com tapumes, ou se iam manter as baías que lá estavam colocadas. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Maria Manuel**, que começou por desejar um Bom Ano a todos os presentes, e perguntou se já havia desenvolvimentos relativamente ao aterro do Zambujal, qual era o ponto de situação, e se tinha havido mais alguma comunicação ou desenvolvimento. -----

-----Relativamente à Covid-19 perguntou quais eram os dados atuais relativamente ao número de casos no Concelho de Sesimbra e na Freguesia do Castelo, e questionou qual era o apoio que estava a ser dado ao nível dos lares. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes desejando os votos de um Bom Ano com muita saúde a todos. -----

-----Relativamente à Covid-19 perguntou qual era o ponto de situação no Concelho de Sesimbra, e

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

perguntou por que motivo já não se divulgava o número de casos no Concelho.-----  
----- Disse em seguida que tinha obtido conhecimento de que na Câmara de Setúbal estava a decorrer o processo dos Juizes Sociais, que de acordo com a Lei Orgânica dos tribunais judiciais previa a intervenção de juizes em causas que tivessem a ver com o arrendamento rural e com certas categorias de ação de competências dos tribunais de trabalho e dos tribunais de menores. Disse também que julgava que as Câmaras costumavam fazer parte desse processo onde era solicitado às instituições que indicassem pessoas que poderiam inscrever-se para serem juizes sociais. Perguntou em que posição se encontrava a Câmara de Sesimbra relativamente a essa matéria. -----  
-----Tomou em seguida o uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues**, que após cumprimentar todos os presentes, solicitou o ponto de situação relativamente ao Bay view Sesimbra – Estacionamento, relativamente a uma reunião que tinha ocorrido no dia 9 de setembro. -----  
-----No âmbito da sessão do balanço da consulta pública do Plano de Recuperação Económico de Portugal 2020/2030, e também numa reunião dos Fundos 2030, perguntou quais eram as perspetivas ou se existiam algumas questões sobre isso no que dizia respeito a Sesimbra.-----  
-----Ao nível da ação social, disse que havia uma alinação do património de contrato de permuta municipal para hasta pública, num processo de prédios para a construção de habitação social a custos controlados. Perguntou quais eram as perspetivas relativamente a essa questão.-----  
-----Referiu que a CM tinha deliberado a intenção de estabelecer um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, com a Cercizimbra e com o Centro Comunitário da Quinta do Conde, para a candidatura ao Programa PARES 3.0, para equipamentos sociais, e perguntou qual era o apoio que a CM pretendia dar nesse sentido.-----  
-----Referiu ainda que também tinha sido deliberado pela CM, medidas de apoio ao associativismo local. Uma proposta era para manter em 2021 os apoios às associações do Concelho. Perguntou qual era o apoio que a Câmara tinha vindo a dar, desde março, às IPSS'S e aos Movimentos Associativos deste Concelho, e se existia alguma instituição que não tivesse sido apoiada. -----  
-----Interveio o **Deputado Rui Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes desejando um bom ano com saúde para todos e para as respetivas famílias.-----  
-----Começou por dizer que em relação ao aterro do Zambujal, o Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes”, tinha recebido um *email* endereçado pela Greenall Life - Reciclagem, Aterro e Ambiente, Lda, a referir que era muito incomum e que não era normal, a população e a CMS estarem a pedir o encerramento do aterro visto o mesmo estar encerrado. Perguntou qual era o ponto da situação relativamente a este

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

assunto.-----

-----Referiu que em julho de 2018, a Câmara tinha entregue ao Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos de Justiça, os Projetos para a construção do Tribunal ou do Palácio de Justiça em Sesimbra. Questionou qual era o ponto da situação, uma vez que já era janeiro de 2021.-----

-----Perguntou em que ponto de situação se encontrava a questão do Posto da GNR na Quinta do Conde, porque as condições de trabalho para aqueles homens já eram pouco dignificantes.-----

-----Disse em seguida, que por via da pandemia, tinham vindo a ouvir muitas vezes o Governo, através do Ministro da Educação, dizer que tinha investido milhões na aquisição de equipamentos informáticos para as escolas. Referiu que tinha tido a ocasião de falar nesta semana, por via da realização de uns exames intermédios do 6.º, 8.º e 9.º anos, para avaliar a aprendizagem dos alunos que tinham estado em teleescola, o Professor Eduardo Cruz da Michel Giacometti. O Professor tinha 15 turmas para fazer esse exame, mas só tinha 28 computadores. Desses 28 computadores, alguns tinha ido buscar à Escola Básica n.º 3 da Quinta do Conde. Perguntou se a CM, através da Vereadora Felicia Costa, que tinha um contacto privilegiado com as direções escolares, tinha conhecimento se já tinha chegado algum do equipamento informático que era tão divulgado pelo Ministério da Educação, a Sesimbra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que no próximo dia 24 de janeiro realizar-se-iam as eleições Presidenciais, e disse que tinha ouvido esta manhã, em diversos noticiários, a informação de que a Direção Geral da Saúde (DGS) apelava à intervenção das juntas de freguesia e da Câmaras Municipais no sentido da possibilidade dos idosos que estavam nos lares irem votar, solicitando que se articulasse uma forma de os mesmos poderem ir votar. Perguntou se estava a ser feita alguma articulação. -----

-----Perguntou também, sabendo que muitas assembleias tinham mais do que uma mesa de voto, como é que as Câmaras e as Juntas estavam a preparar as eleições, tendo em consideração as normas da DGS que previam um distanciamento de pelo menos 2 metros entre pessoas.-----

-----Questionou se já podiam indicar o montante previsto que iria passar para 2021. -----

-----Por fim, perguntou para quando estava prevista a inauguração do tão anunciado Hospital do Seixal.

-----Solicitou a palavra o **Deputado João Valente**, que cumprimentou todos os presentes, desejando um excelente ano de 2021 e felicitando a CMS e os seus técnicos que tinham vindo a projetar Sesimbra.

-----Referiu que o Museu de Sesimbra tinha sido distinguido, no dia 10 de dezembro, entre mais de 2 centenas de candidaturas, com o Prémio de Inovação e Criatividade da Associação Portuguesa de Museus. Acrescentou que esta não era a primeira vez que o Museu Marítimo de Sesimbra era distinguido a nível

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

nacional e internacional, nomeadamente em 2017 com o Prémio do Serviço de extensão Cultural, em 2019 com o Prémio Ibermuseus, e agora também com uma edição autárquica do ano de categoria, cultura e património. -----

-----De seguida, perguntou qual era a projeção que se previa a nível nacional, a nível cultural e turístico para Sesimbra com base nesses grandes feitos.-----

-----Interveio em seguida o **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e desejou um bom ano de 2021, com saúde para todos os presentes e os que estavam a acompanhar a sessão em direto. - -----

-----Referiu que uma das dúvidas que iria expor em seguida tinha suscitado devido a uma explicação do Vereador José Polido na reunião da comissão, a propósito do abastecimento da água e de um projeto de captação para Palmela, sobre a qual não tinham muita informação. Perguntou o que é que podiam saber mais relativamente a essa questão, e em que medida é que o mesmo iria interferir com o próprio sistema municipal de abastecimento da água, principalmente com a Apostiça, e qual era o contexto do Município de Sesimbra nesse projeto.-----

----- Em relação à Atividade Municipal, disse que também partilhavam da preocupação relativamente ao aterro do Zambujal, e referiu que os *emails* que tinham sido encaminhados eram no mínimo surpreendentes, e portanto gostavam de saber em que posição é que essa situação se encontrava.-----

-----Solicitou informações relativamente ao empreendimento *BayView*.-----

-----Referiu que tinha existido muita atividade sobre os planos pormenor durante este trimestre, e devido às recentes reuniões sobre o PDM, julgava que não havia muita informação a acrescentar, mas se houvesse, agradeciam que fosse transmitida.-----

-----Disse que na informação do expediente, havia uma mensagem enviada pelo Arquiteto José Carlos Trindade sobre a destruição de arribas e dunas no Litoral Oeste. Perguntou do que é que se tratava exatamente essa questão.-----

-----Relativamente a uma deliberação da Câmara Municipal em outubro, a propósito do Edifício da Rua Aníbal Esmeriz, classificado como um monumento municipal, questionou em que situação estava esse processo e se havia o elencar de outros edifícios que merecessem o mesmo tipo de classificação.-----

-----Referiu que na Venda Nova já tinha iniciado a obra para a instalação de uma cadeia de *fast food*, e perguntou se se previa para breve mais instalações do mesmo género no município.-----

-----De seguida questionou se não valia a pena começarem a pensar em desmaterializar as convocatórias para as reuniões da AM que recebiam por correio. Apesar de julgar ser uma questão legal,

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

era totalmente inútil e apenas um desperdício de recursos. Acrescentou que a convocatória para a sessão de 21 de dezembro de 2020, tinha sido enviada atempadamente no dia 10, mas só tinha chegado à Charneca da Cotovia no dia 28 ou 29, ou seja, só a tempo da reunião de hoje. Não estava a dizer que era um atraso dos serviços, mas sistematicamente que as convocatórias chegavam no próprio dia, na véspera ou no dia a seguir às reuniões.-----

-----Usou da palavra a **Presidente da AMS** que disse que tinham conhecimento de situações com outros deputados e de outras épocas, e que dentro do prazo regulamentar e legal era enviado um *email* com a convocatória. Outra preocupação que havia era quando sabiam atempadamente da realização de uma segunda reunião, faziam um aviso para que atempadamente todos pudessem agendar e organizar as suas vidas profissionais, até porque sabia que a situação de atraso da correspondência era constante em vários períodos do ano, com qualquer pessoa e em várias zonas do País. De qualquer modo, tinham de o fazer do ponto de vista legal, mas tinham mais confiança naquilo que era a Plataforma da Assembleia Municipal de Sesimbra (PAMS), no contacto por correio eletrónico e também por telefone, sendo essas as medidas que os serviços cada vez mais aprovavam e aproveitavam para contactar os deputados.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado José Guerra**, que cumprimentou todos os presentes e perguntou, tendo em conta a relevância ambiental e as consequências em termos de saúde pública do problema criado pelo aterro do Zambujal, se existia um plano de recuperação da zona envolvida, e no caso de existir, se as diferentes forças políticas representadas nesta AM podiam ter acesso a ele. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM**, que começou por cumprimentar todos os presentes e desejar um bom ano a todos os presentes. -----

-----Logo após, começou por responder às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues, explicando que o Conselho Municipal de Segurança realmente não tinha reunido, e já na altura o próprio tinha explicado o porquê. Apesar de na Lei se verificar que o Concelho reunia trimestralmente, também não tinha havido matéria, e dadas as circunstâncias não tinha acontecido. Acrescentou que tinha havido também a nova composição, as novas responsabilidades e atribuições do Conselho Municipal de Proteção Civil que chocavam e atravessavam um conjunto de competências simultâneas. -----

-----Disse também que não sabia se o Conselho iria reunir até ao final do mandato e não era expectável que pudesse reunir nos próximos tempos, até porque não havendo matéria e não havendo condições sanitárias aconselháveis à realização destas reuniões, a mesma seria dispensável num quadro de prioridades que havia, e a prioridade neste momento era o Conselho Municipal da Proteção Civil.-----

-----Sobre as questões dos protocolos de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia, com o

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Cercizimbra e com o Centro Comunitário no âmbito das candidaturas ao PARES, disse que o compromisso de comparticipação financeira do Município era uma condição de valorização das candidaturas no âmbito do PARES. E, portanto, o Regulamento Municipal previa que o município pudesse participar até 20% do montante da obra, e tinha sido precisamente isso que a CM tinha declarado, e não um apoio, até porque na altura ainda não estavam as candidaturas formalizadas nem se sabiam ainda os valores e os montantes finais. -- -----

-----Explicou que não era expectável, face ao montante que estava disponível para o País, que todas as candidaturas de Sesimbra viessem a ser aprovadas, até porque havia uma 4ª candidatura que não era de uma entidade com sede no Concelho, que apresentava uma candidatura para uma resposta social para idosos na Lagoa de Albufeira, e a Santa Casa da Misericórdia tinha apresentado 2 candidaturas. Era bom que fossem todas aprovadas, mesmo que isso representasse um esforço financeiro adicional por parte do município. -----

-----Referiu que o compromisso do município tinha sido um compromisso que tinha pretendido e dado valorização às candidaturas apresentadas pelas instituições do Concelho, em sede de análise das candidaturas. Portanto, a CM tinha assumido o compromisso de que ao abrigo do seu regulamento, iria apoiar até ao montante de 20% do montante elegível. Seria só nesse sentido, e neste momento não sabiam nem o resultado do PARES. Acrescentou que as candidaturas tinham sido prorrogadas até 30 de dezembro de 2021, e o Presidente do Centro Comunitário tinha enviado uma mensagem com o número da candidatura assim que a mesma foi submetida, mas julgava que todas elas tinham sido “aceites” mas ainda não havia nenhuma informação quanto à decisão. -----

-----Relativamente à questão sobre a tabela de taxas, disse que de facto o regulamento dizia que a mesma tinha uma atualização conforme a taxa de inflação. Disse também que se fosse uma diferença considerável, provavelmente ponderariam em fazer efetivamente a atualização, que era uma mera formalidade, porque estava no regulamento que as mesmas eram atualizadas pela taxa de inflação e a CM deliberaria em sentido contrário. -----

-----Sobre o PAMUS da Azóia, disse que essa questão tinha sido objeto de deliberação na última reunião de Câmara, e referiu que tinham alguma apreensão controlada porque a obra estava adjudicada e contratualizada, e o empreiteiro tinha solicitado uma suspensão do prazo por 60 dias, o que significava que se a suspensão fosse só de 60 dias, iniciaria no final de fevereiro. A preocupação que tinham era que estavam a falar de um concurso público que tinha sido ganho por uma empresa com sede no Concelho de Sesimbra, talvez das poucas que neste momento estava em atividade, com 50 ou 60 trabalhadores, mas de

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

facto não estava a conseguir dar resposta a empreitadas que estavam em curso. A apreensão que tinham não era por quererem aquilo acabado em 3, 4, 5 ou 6 meses, mas sim porque tinham prazos, sobretudo ao nível do Lisboa 2020/2020, a cumprir para efeitos da candidatura e das participações antes do fecho do atual quadro comunitário. Mas, se tudo corresse bem, iniciaria no final do mês de fevereiro. -----

-----Quanto à Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, referiu que havia uma empreitada que estava em curso com uma empresa, e a CM tinha detetado, no quadro da fiscalização e dos técnicos que acompanhavam a empreitada, pelo menos 2 situações, uma delas com as infraestruturas do muro de suporte e uma com a aplicação do betão à vista que ficava na escola, em que o trabalho da empresa tinha consubiado com aquilo que estava efetivamente no projeto, o consideravam grosseiro no ponto de vista técnico-jurídico. -----

-----Havia uma 3ª situação que tinha a ver com uma questão feita pela empresa e que tinha debitado depois à Câmara trabalhos a mais sem ter dado conhecimento prévio ao dono da obra. Ao somar este aos outros dois incumprimentos grosseiros, e que tinham sido reiterados ao longo destes meses de empreitada, o comportamento e a relação entre o dono da obra e o empreiteiro tinha vindo a ser deteriorado. Acrescentou que tinha havido chamadas de atenção, a CM a determinada altura tinha pedido para parar a empreitada dos pilares porque o betão à vista não estava a ficar conforme o que estava previsto em sede de projeto, mas o empreiteiro tinha continuado a fazer a empreitada. Houve outra vez em que tinham ido fazer uma visita com os técnicos projetistas e não tinha aparecido ninguém da empresa para acompanhar a visita para que se pudesse verificar efetivamente algumas situações. Tudo isso, depois de uma ponderação muito técnica e com base no entendimento jurídico, tinha levado à decisão de resolução do contrato.-----

-----Disse que a resolução do contrato, por iniciativa do dono da obra, tudo o que era trabalhos que estavam em curso ou de pagamentos que não tinham sido efetuados e que estavam em trânsito de autos de medição, não seriam liquidados até que houvesse decisão relativamente à responsabilidade. Havia prejuízos das 2 partes. Era verdade que a CM não tinha pago o último auto e alguns trabalhos complementares que também já tinham sido realizados, mas a verdade era que a CM também tinha prejuízos relativamente àquilo que era o produto final da obra. Portanto, com certeza que seria o entendimento e uma decisão judicial que decidiria em que medida, em que moldes e em que quantificação é que cada uma das entidades tinha prejuízo.-----

-----Embora o advogado da Sociedade de Advogados que acompanhava a CM, tivesse muitas reservas, a Câmara ainda tentou uma revogação do contrato por mútuo acordo, assumindo que os prejuízos que

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam causados há data seriam assumidos por ambas as partes, e a CM não pediria nenhuma indemnização nem a reposição do que lá estava, nem a Câmara iria pagar o que lá estava em dívida. Esse acordo não aconteceu, porque o entendimento da empresa era que se iam embora desde que a Câmara pagasse tudo o que tinha sido feito assumindo o prejuízo que do ponto de vista jurídico, do qual havia um parecer, mesmo em Sede do Tribunal de Contas, nunca seria uma boa solução, havendo motivos claros, óbvios e concretos para a resolução do contrato e para que houvesse uma revogação por mutuo acordo.

-----Disse ainda que a empresa tinha 10 dias para retirar todo o estaleiro e todo o material, e no dia 15 de janeiro a CM iria tomar posse administrativa da obra. A empresa tinha tirado também os tapumes do estaleiro, mas neste momento já estavam a colocar os tapumes. Neste momento, a estimativa que tinham, com a resolução que era comunicada ao Tribunal de Contas, ao Instituto dos Mercados Públicos e da Construção (IMPIC), a CM podia tramitar o segundo procedimento por ajuste direto com uma consulta preliminar. Acrescentou que iriam contactar 3 ou 4 empresas do setor e conhecer os valores daquilo que faltava para terminar a obra, que estava a 20% da sua concretização. A estimativa que a equipa da CM dava para que a obra recomeçasse, era cerca de 90 dias. -----

-----Se tudo corresse bem, no final de janeiro teriam o acerto relativamente aos trabalhos efetuados, trabalhos a demolir e a retificação do que é que eventualmente seria feito posteriormente e aquilo que faltava para terminar. De seguida, teriam a consulta preliminar que também não demoraria menos de 3 ou 4 semanas, e a partir dessa consulta preliminar, seria feito o ajuste direto e depois mais um mês no tribunal de contas para o visto. -----

-----Referiu que no início desta semana tinham pedido uma reunião com carácter de urgência à Secretária de Estado, para além da situação relativa ao não financiamento, aquilo que esperavam era que por esta altura, entre o 2º e o 3º trimestre fosse lançado o procedimento para a 2ª fase, até porque a tramitação era entre os 6 e os 8 meses e era um procedimento que tinha de ir também a Tribunal de Contas. Esta obra, se não houvesse esta circunstância, o prazo de execução terminaria em outubro de 2021, e a intenção era que imediatamente em novembro ou dezembro, a obra da 2ª fase pudesse começar, o que significava que não poderiam lançar em março ou abril, mas teriam de lançar em julho ou agosto, e se não houvesse atrasos maiores, iria ter de terminar em dezembro ou janeiro de 2022. -----

-----Disse que ainda havia uma “3ª dimensão” que era prejudicial aos cofres do Município, porque tinham acordado com a anterior Secretária de Estado e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), uma candidatura ao Programa Operacional Regional (POR Lisboa), para financiamento do remanescente daquilo que seria a intervenção total na

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

escola, onde se incluía a ampliação e a requalificação, e permitiria que aquilo que era encargo da Câmara Municipal fosse possível ser cofinanciado por fundos comunitários, assumindo os 3 milhões de euros que estavam previstos a contrapartida nacional, e pelo facto de ter saído uma portaria que mencionava que era aquela empreitada exclusivamente e que o financiamento era para a totalidade da mesma, não podia haver uma duplicidade de financiamento. Neste momento estavam com um problema, até porque já tinham recebido do Lisboa 20-20 uma parte e só iam buscar 150 mil euros nesta fase, mas com a expectativa de também, com o *overbooking*, até porque era uma obra que já estava em execução, de puderem ir buscar o montante elegível não financiado até ao montante que a Câmara teria que colocar.

-----Disse também tinham uma declaração, que tinha servido de base até à candidatura do Lisboa 20-20, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGEST), da submissão de um pedido da Portaria de Extensão de Encargos em janeiro de 2020, já depois da adjudicação desta escola e do visto do Tribunal de Contas desta empreitada, que apontava para os 3 milhões de euros com a totalidade da obra, e agora viam-se confrontados com esta “trapalhada” sem saber como é que haviam de fazer. -----

-----Relativamente à questão sobre a forma de concha da Vila de Sesimbra e a construção de inversão de marcha, disse que o Plano de Acessibilidades ao Concelho, particularmente na Vila de Sesimbra, previa uma variante que podia fazer sair a “escapatória” junto ao Estádio Vila Amália. Muito dificilmente seria concretizado a curto prazo. Acrescentou que era verdade que estava há muitos anos previsto, no largo dos Bombeiros, e não colocavam de parte essa intervenção, e a intervenção da Mata da Vila Amália, já previa também o alargamento daquela zona permitindo a colocação de uma rotunda onde hoje estava o triângulo dos cravos. Não estava prevista para esta empreitada da Vila Amália, apesar de se ter equacionado, como era elegível não financiado, tinha acabado por não se colocar essa intervenção. No fundo, era transformar aquela zona junto aos cravos e aquele monumento dos bombeiros, uma rotunda. Mas, a grande rotunda seria junto ao Estádio Vila Amália com ligação a Argéis. -----

----- Relativamente à reunião extraordinária de Câmara do Regulamento de Trânsito e Estacionamento, referiu que se tratava de uma adenda ao contrato de concessão com a Dornier Portugal, S.A, que previa mais um conjunto de anos de concessão para equilíbrio financeiro e para um conjunto de questões que iriam ser com certeza debatidas na Assembleia Municipal em sede de comissões e depois também em plenário. Acrescentou que havia matérias, entre uma das quais a fiscalização do estacionamento nas zonas tarifadas, que obrigava a que houvesse uma alteração ao regulamento, que não previa a fiscalização em zonas tarifadas. -----

-----Simultaneamente à adenda ao contrato de concessão, havia uma necessidade de alteração ao

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

regulamento de trânsito e estacionamento, incluído no espírito do reequilíbrio financeiro resultante de 4 questões concretas que estavam fundamentadas na proposta. -----

-----Quanto à evidência do Deputado João Rodrigues sobre a intervenção nas AUGIS do Casal do Sapo, Fontainhas e Courelas da Brava, disse que a responsabilidade da execução daquelas obras e de outras de menor dimensão que também já se tinham feito, era do Concelho de Administração das AUGI's. -----

-----A Lei das AUGI's era demasiadamente complexa mas também demasiadamente subjetiva. A deliberação que esta AM e esta CM tinham tomado, tinha a ver exatamente, no quadro da Lei das AUGI's, não com a CM se substituir mas sim intervencionar numa matéria que eventualmente seria responsabilidade de outrem. Portanto, se não fosse por essa via, nem sequer tinha sido necessário pedir autorização à AM, ou seja, o Município estava a assumir que iria fazer uma intervenção do qual o Plano de Urbanização e a Lei das AUGI'S cometia às comissões de administração.-----

-----Era verdade que as comissões de administração das AUGI'S, alegavam que não tinham capacidade financeira por 2 motivos, por haver um grande proprietário que não participava nas obras de urbanização, que se chamava António Xavier de Lima (AXL), e de facto havia um conjunto de outros proprietários que já estavam desalentados porque iam pagando e depois deixavam de pagar por não "verem nada". Ou seja, as comissões de administração alegavam que também não tinham capacidade de recolher junto dos seus coproprietários, os montantes necessários para executarem as obras de sua responsabilidade. -----

-----Referiu que concordava com a referência feita pelo Deputado João Rodrigues porque era a realidade, portanto, quando se dizia que "depois as pessoas pagavam", era porque depois as pessoas pagavam a taxa urbanística que já teriam de pagar na mesma. Os coproprietários pagavam 2 coisas: Uma taxa urbanística à CM e tinham de fazer as obras de infraestruturas como qualquer loteador tinha de fazer.

-----Explicou que a CM fazia as obras de infraestruturas, mesmo admitindo que num quadro em que havia uma participação do município nas próprias AUGI's, havia uma comparticipação que ficava regulamentada nos próprios planos de urbanização em que a Câmara podia assumir a responsabilidade em determinadas obras para desonerar os coproprietários, mas regra geral, os coproprietários de uma área urbana de gênese ilegal tinham de fazer as obras de infraestruturas e tinham de pagar as taxas urbanísticas. Ou seja, nesta situação, estavam a dizer a um conjunto de coproprietários que não iam pagar as taxas urbanísticas ou pelo menos as comparticipações e que depois não iam fazer as obras. Mas, se calhar até iriam fazer outras obras da responsabilidade da Câmara também no âmbito do plano de urbanização. ---

-----Disse que o espírito tinha sido o de dar um incentivo e um sinal aos coproprietários, para que estes

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

vissem “alguma coisa” no terreno para que voltassem a acreditar e a participar nas respetivas comissões de administração, quer para as taxas urbanísticas quer para a concretização final das infraestruturas. -----

----- Quanto à questão sobre o Aterro do Zambujal, disse que o próprio tinha feito um requerimento ao Ministério Público para ser ouvido. -----

----- Referiu que tinha havido uma reunião onde tinha estado presente uma advogada, que também tinha intimado a Junta de Freguesia do Castelo, representante da Empresa Greenall life, com mais uma funcionária da mesma empresa e um individuo que se havia intitulado de representante da empresa dona do terreno. Já nesta altura se tinham apercebido de que havia relações entre o dono do terreno e a empresa exploradora. -----

----- Durante a reunião tinha havido algum “teatro” por parte do representante do dono do terreno, dizendo que iria colocar a Greenall em tribunal e que a mesma estava a prejudicar o bom nome do proprietário que não tinha culpa nenhuma, até que o próprio, a determinada altura, disse que não era preciso tanto teatro porque tinham os dados de que o mesmo era Presidente do Conselho de Administração de uma das sócias da Greenall. A reunião tinha acabado mais ou menos por aí, mas a verdade era que continuava a haver esta “espuma” no ar. -----

----- Referiu que tinham recebido recentemente, também um *email* enviado pela própria Greenal sem o cuidado de assinar, a dar conhecimento da informação que tinha sido enviado ao Partido Ecologista “Os Verdes”, mas ao mesmo tempo tinham recebido um ofício na CMS da empresa proprietária a A.P.N – Investimentos imobiliários, SA, também sem a indicação de representante, que indicava que tinham avançado com um processo em tribunal contra a empresa exploradora. -----

----- Disse que o processo estava no Ministério Público e que havia 3 ações em curso, uma por crime de desobediência, a segunda era uma providência cautelar para o encerramento do aterro e uma terceira para a implementação das medidas cautelares previstas pela CCDR, que tinham sido sancionatórias da resolução da exploração por parte da Greenall e impostas à mesma para a reposição de legalidades daquilo que estava no aterro. -----

----- Disse também que a informação que tinha era que o ultimo beneficiário estava constituído arguido, e estimava-se que em janeiro pudesse estar concluído o processo da providência cautelar. E, as outras 2 matérias seriam alvo de uma decisão por parte da juíza sob proposta do Ministério Público. Acrescentou que a CM tinha manifestado mais uma vez a disponibilidade para colaborar na resolução, apesar da mesma ser da competência da CCDR, e a informação que o procurador deu foi que tinha pedido para medirem a

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

qualidade do ar nas zonas limítrofes ao aterro. Já tinham solicitado o orçamento para essa ação a algumas entidades, e a única que já tinha apresentado o orçamento era o IAD – Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, que pertencia à Universidade de Aveiro.-----

-----Referiu que o coordenador tinha respondido que isto não tinha nenhum efeito jurídico nem legal, porque a legislação sobre isto era muito telegráfica, fechada e virada para aquilo que era as grandes cidades e a poluição nas mesmas. Havia também um 2º problema, porque uma coisa era levarem instrumentos e estarem no terreno a medir sabendo o que é que lá estava, assim seria um pouco como os enólogos, levar os técnicos para “cheirar” a tentar perceber o que é que lá existia. -----

-----Disse que o procurador tinha informado que tinha uma decisão do Ministério Público de solicitar ao IGAMAOT – Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – que fosse calculada a qualidade do ar, porque os relatórios de inspeção só revelavam a qualidade do solo, e o IGAMAOT tinha respondido que aquilo não era uma responsabilidade deles porque a empresa licenciadora era a CCDR. O próprio procurador tinha ficado um pouco apreensivo relativamente a essa resposta, dizendo que iria ter uma conversa com a inspetora geral, porque havia uma decisão e o IGAMAOT era uma entidade inspetiva e estava a desobedecer a uma ordem do Ministério Público.-----

-----Disse ainda que parecia que estavam a travar uma luta sozinhos, porque a CCDR era a única entidade que podia intervir, como a CM o poderia fazer no quadro de uma matéria sobre a qual a mesma tivesse a fiscalização prévia, como por exemplo numa obra ilegal, pois poderia fazer uma posse administrativa mesmo sem a decisão do Ministério Público, e substituir-se ao proprietário para repor a legalidade. Na situação do aterro, também seria possível à entidade licenciadora repor a ilegalidade.-----

-----Referiu que um dos relatórios a que tinha tido acesso, que já era um relatório pós adenda aos Códigos Lei do licenciamento de 2013, referia que a CCDR não tinha solicitado a garantia bancária necessária para a adenda daqueles códigos LER. Portanto, também colocava em causa a própria CCDR.--

-----Relativamente à questão colocada pela Deputada Andredina sobre os juízes sociais disse que desconhecia completamente, e que nunca tinha ouvido falar nesse nome.-----

-----Sobre a questão do BayView, disse que era o nome de um empreendimento por baixo das varandas da falésia, que estava abandonado há uma série de tempo. Tinha sido adquirido no final de 2019 e o processo já tinha o licenciamento para acabamento e tratava-se da solução para estacionamento naquela zona, que estava a ser discutida entre o Parque Natural da Arrábida, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e a CMS.-----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) Portugal 2020-2030, disse que não havia nada de novo nem nada que pudesse dizer de novo. Referiu que tinha sido definida a estratégia, os eixos prioritários, e no PRR embora não fossem conhecidas as operações e os projetos financeiros levados para Bruxelas, a informação que tinham era que isto seria só em abril.-----

----- No quadro da habitação, disse que estavam a fazer o levantamento com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), daquilo que poderia ser a implementação de um conjunto de ações materiais, nomeadamente construção, reabilitação, eficiência energética, que estava vocacionado para a renda apoiada. O financiamento não previa nem a aquisição de solos nem de edifícios, nem a construção para renda acessível. Acrescentou que já na 1ª versão, na 1ª chamada do PRR, tinham identificado um conjunto de investimentos para o Concelho, sendo que maioritariamente estavam a apontar no caminho da renda acessível, mas neste momento iam realocizá-los para o financiamento de 100% a fundo perdido que era para renda apoiada, e se não houvesse constrangimentos por parte da candidatura, poderiam transformá-la em renda acessível e se houvesse constrangimento podiam transformar hoje renda apoiada em renda acessível.-----

-----Referiu que estava a ser acompanhado em simultâneo com a Estratégia Local de Habitação (ELH), que estava a ser também desenvolvida. Mas, a estratégia muitas vezes também tinha de se ir moldando às possibilidades de financiamento, e este era de facto um financiamento muito mais apetecível do que os fundos comunitários porque era financiado a 100%, e isso era algo que não se via em Sesimbra já há muito tempo. Acrescentou que o montante global que estava estimado neste momento para a AML era de 800 milhões de euros. Tanto como quando tinha sido o quadro comunitário do Lisboa 20-20 para toda a AML.

-----Sobre a habitação a custos controlados e a Efimóveis – Imobiliária, S.A, disse que a mesma iria retomar, não para a venda a custos controlados, mas sim para aquilo que neste momento era mais necessário, que era a renda acessível porque havia um contrato e uma cedência de uma parcela de terreno só para esse fim, a exemplo do que se tinha feito com as Varandas Felizes, e mais ou menos na mesma altura. Neste momento iriam retomar com a Efimóveis também ao abrigo do “Programa 1º Direito”. Se isso não acontecesse a CM faria o resgate do terreno para a sua posse.-----

-----Relativamente às questões colocadas sobre as medidas de apoio aos movimentos associativos no ano de 2021, disse que não sabia precisar agora os montantes envolvidos, e referiu que o reforço de verbas, para além daquele que era o normal, tinha sido mais incidente nas IPSS'S porque tinha havido essa necessidade. Todo o Movimento Associativo, fosse do âmbito cultural, do âmbito dos protocolos existentes ou no âmbito desportivo, ou até os Santos Populares e o Carnaval, aquilo que tinham feito era atribuir

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

exatamente os mesmos valores que no ano passado, mesmo não havendo as atividades e matéria que justificasse a atribuição desses apoios.-----

-----Disse que tudo o que tinha chegado sobre necessidades de apoio suplementares tinha sido respondido, e tinha sido altamente valorizado, sobretudo pelo Movimento Associativo, a decisão da Câmara em manter a estabilidade que tinha em como se fosse um ano perfeitamente normal, com a nuance de que havia associações que provavelmente tinham custos suplementares, e que este apoio ajudava a fazer face a esses custos, mas havia outras associações que iriam aproveitar este apoio extraordinário para equilibrarem as suas contas e para a realização de algumas adaptações em termos de equipamentos, de infraestruturas ou de espaços.-----

-----Sobre a questão do Tribunal de Sesimbra, disse que por prática, sempre no final de cada ano, perguntavam qual era o ponto de situação ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ), e já tinha chegado a informação de que não tinha sido publicada a Portaria de Extensão de Encargos e que agora teria de ser feito tudo de novo, ou seja, pedir uma 2ª portaria depois de o Orçamento de Estado estar todo calibrado, o que só aconteceria em fevereiro. Mas isto já tinha acontecido em 2019 e em 2020, portanto já seria a 3ª tentativa.-----

-----Disse que já tinham feito várias “*démarches*” junto da Ministra da Justiça para além do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ), e até junto do Primeiro-Ministro, que sabiam que era sensível, mas a verdade era que a luz ao fundo do túnel não havia, e não tinha boas expectativas em relação a esta matéria.-----

-----Relativamente ao Posto da Quinta do Conde, disse que tinha feito parte da ordem de trabalhos da última reunião de Câmara, uma adenda ao protocolo de colaboração com vista à celebração do contrato interadministrativo entre a GNR, a CMS e a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (MAI), para a elaboração do projeto para a construção do novo posto territorial da GNR. Explicou que tinham estado a aguardar este tempo todo, uma análise da Secretaria Geral do MAI e tinham proposto, em articulação com a GNR, a deslocalização do posto dos lotes que estavam inicialmente previstos junto à Junta de Freguesia da Quinta do Conde, para uma localização junto ao Cabeço de Melão, manifestando disponibilidade para a realização dessa obra através de contrato interadministrativo, que permitiria também servir não apenas o posto territorial, mas para albergar o Destacamento Territorial de Setúbal.

-----Neste momento, depois destes meses todos de ponderação, a GNR pretendia transferir para esse terreno, mesmo mantendo apenas no Contrato Interadministrativo, o referido posto. O que eles alegavam era que não ia ser feito agora, mas que não comprometeria de futuro, se quisessem ampliar as instalações

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

do posto, ou transferir o destacamento territorial para a zona da Quinta do Conde pela sua centralidade.

-----Informou que a adenda tinha sido aprovada na reunião de câmara, e estavam a aguardar a assinatura da Secretaria Geral do MAI, da GNR e da homologação do Secretário de Estado. Referiu que o que estava no protocolo era que tinham até ao final deste ano para ter o projeto de execução concluído, o contrato assinado e o concurso lançado, o que não era expectável. Na melhor das hipóteses teriam o projeto de execução concluído e o contrato assinado.-----

-----Relativamente ao material informático para as escolas, disse que não tinha conhecimento de que tivesse chegado alguma coisa, apesar de a CM ter feito um investimento, não sabia se depois tinha chegado alguma coisa por parte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) T ou do Ministério da Educação, mas depois a Vereadora Felicia Costa podia esclarecer melhores esta questão.-----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva acerca das eleições, disse que tinha “levantado” bem essa questão e informou que a CM também tinha recebido um *email* que tinha sido dirigido às juntas de freguesia a incentivar as mesmas a fornecer transporte de forma organizada para que os idosos pudessem ir votar às mesas de voto.-----

-----Disse que a CM e as juntas de freguesia tinham preparado um momento completamente diferente, quer de organização, quer da forma como ia decorrer este ato eleitoral. A grande alteração que ia haver era na Freguesia da Quinta do Conde, em que se ia aproveitar esta eleição para se fazer a retificação que estava prevista, de corresponder cada local de residência ao local de voto e não a ordem alfabética de um casal puder votar numa escola e outro noutra. É claro que isto ia ser mais uma vez confrangedor, mas assim é que estava certo. Acrescentou que valorizava o trabalho que ia ser feito, porque sabia que não era fácil, porque era feito por morada a morada, cidadão a cidadão e classificação da mesa de voto, e esse trabalho seria feito pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde.-----

-----Referiu que neste momento estavam a articular com todas as entidades e com a Proteção Civil em particular a questão do voto em mobilidade. A questão não era o ir aos lares se os idosos estivessem em quarentena, mas sim ir a todas as casas das pessoas que estivessem em quarentena. Podiam ir mais 12 pessoas para além do representante da Câmara, ou seja, os 5 delegados da Mesa em mobilidade, um representante e um delegado de cada uma das candidaturas.-----

-----Disse que as coisas não iam ser fáceis de todo, havia regras muito apertadas e as questões dos equipamentos de proteção individual e de desinfetante estavam a ser todas tratadas. Referiu que ia haver também uma reunião da vice-Presidente com todas as equipas das escolas, e iria ter de se definir circuitos de entradas, de saídas e outras questões, como por exemplo o facto de não poder estar mais do que uma

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pessoa na secção de voto, e as filas teriam de ser formadas todas exteriormente com uma distância de 2 metros entre cada pessoa. Era claro que isto não ia ser fácil e que iria haver mais fila, e ia obrigar a que houvesse mais compreensão por parte das pessoas e uma grande organização da parte da CM. -----

-----O que estavam a fazer, era a trabalhar para que essa organização funcionasse, e tinham já as coisas mais ou menos delineadas para que não houvesse falhas nenhuma, entre a CM e as Juntas de Freguesia e envolvendo a Proteção Civil. Acrescentou que garantidamente iriam haver pessoas a reclamar, e se chovesse então ainda pior. -----

-----Sobre o Hospital do Seixal, disse que a única informação que tinha era que estava inscrita verba no Orçamento de Estado, mas não se previa a sua construção este ano, em 2021 era a finalização dos projetos de execução. -----

-----Relativamente ao apontamento do Deputado João Valente sobre o Museu de Sesimbra, disse que o mesmo tinha arrebatado grande parte dos prémios a que tinha vindo a ser proposto. Acrescentou que a cereja no topo do bolo era o facto de estar nomeado para Museu Europeu do Ano. Era o único museu Português nomeado para essa categoria. Apesar de não acreditar que ganhasse, era bom só o facto de ter chegado à final. -----

-----Quanto à questão levantada pelo Deputado Paulo Caetano sobre o projeto de captação da água, disse que havia 2 dimensões que eram importantes de salientar. Estavam a falar de uma Associação intermunicipal com fins específicos que estava criada, que tinha uma dupla dimensão, uma política que se tinha tentado antecipar, na altura da sua constituição, a qualquer iniciativa que alguém pudesse pensar de privatização dos sistemas de água, e portanto tinha-se constituído para fins específicos. E, a partir daí tinha-se começado todo o trabalho de desenvolvimento, não apenas de constituição, mas particularmente àquilo que tinham hoje, o estudo de viabilidade financeira de funcionamento da empresa depois do levantamento de toda a estrutura de rede, captação e distribuição que tinham nos 9 municípios da Península de Setúbal. -----

-----Disse que era uma matéria que estava em cima da mesa, e referiu que a última versão era do estudo de viabilidade financeira. Disse também que havia uma questão muito particular de viabilidade financeira da empresa, que tinha a ver com Setúbal. Se Setúbal entrasse no sistema, a operação tornar-se-ia muita mais sustentável, mas se Setúbal estivesse fora do sistema, porque tinha uma privatização das águas do Sado, uma concessão até 2024, a situação podia-se tornar mais complexa, principalmente por causa de municípios que tinham maior dificuldade. -----

-----Relativamente às atividades sobre os planos de pormenor, disse que havia neste momento uma discussão com o promotor da Mata Norte, o contrato de urbanização para a concretização das

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

infraestruturas de urbanização e as infraestruturas externas ao empreendimento relativamente ao plano pormenor da Mata Norte. -----

-----Disse também que havia um processo de loteamento das parcelas de 1 a 4, que correspondia à primeira fase da Mata Sul, proposta pelo titular, neste momento o Grupo Novo Banco. A informação que tinham era que havia um contrato de promessa compra e venda sobre a totalidade da Mata Sul. -----

-----Referiu, sobre o edifício da Rua Anibal Esmeriz, que não estava concluída ainda a sua classificação. Acrescentou que o processo de início da classificação tinha sido fundamental para a valorização da candidatura para a implementação do Centro de Cultura Marítima, a candidatura EEA *Grants*, que estava a decorrer e que também havia boas perspetivas de vir a ser aprovada, e se assim fosse, teriam mais um investimento superior a 1 milhão de euros de reabilitação do edifício, mas mais do que isso, todo o conjunto que ia representar do ponto de vista de cultura marítima e museologia para o Concelho de Sesimbra.----

-----Acrescentou que havia um estudo, ainda do anterior mandato, que tinha sido feito na sequência da implementação da operação de reabilitação urbana, um estudo de edifícios potenciais de classificação de interesse municipal. Tinha-se iniciado o processo do Grémio, do Edifício Conde de Ferreira por iniciativa da Assembleia Municipal. Mas, havia 1 conjunto de edifícios que estavam identificados, que a CM ponderava iniciar essa classificação. A grande vantagem era a de que a Câmara tinha o direito de preferência se eles estivessem classificados, portanto se houvesse qualquer operação de alienação ou de transmissão da titularidade, a CM tinha sempre direito de preferência para poder adquiri-los. -----

-----Sobre os restaurantes *Fast Food*, disse que não era adepto desse tipo de restauração, mas não estava na esfera da decisão do licenciador de decidir se o restaurante era uma marisqueira ou se era um *fast food*, quando naquele lugar era permitido construir esse tipo de restaurante. -----

-----Referiu que este era um processo de 2019, e tinha vindo a haver grande insistência do promotor e prontidão na entrega dos elementos necessários, enquanto um promotor de uma cadeia de *fast food* concorrencial, tinha uma operação de licenciamento na Câmara há 10 anos. -----

-----Relativamente à convocatória para as sessões da AM, disse que também concordava que pudesse ser evitado o papel, mas infelizmente havia muita coisa que ainda tinha de ser em papel. Mas, pior que isso era a demora na entrega da correspondência, era o que fazia a privatização dos CTT. -----

-----Relativamente à Covid-19, disse que não recebiam os dados da saúde pública local formais já há alguns dias, e referiu que tinha tido a oportunidade de hoje trocar algumas impressões com o Dr. Ramon Ruano. -----

-----Referiu também que há umas semanas atrás tinham tomado a opção de deixar de publicar os

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dados, apesar de agora nem os receberem. De vez em quando o próprio recebia uma mensagem do Diretor do ACES com a indicação do n.º total de caos, do n.º de casos ativos e com o n.º de casos recuperados. Mas, a informação que tinham neste momento era que a situação no Concelho não era “famosa”, a exemplo de todos os concelhos da AML.-----

-----Disse que a pior coisa era a falta de articulação que existia entre as próprias instituições de saúde. Porque a pior coisa que acontecia era a CM estar a divulgar números que eram reportados pela Saúde Pública Local, e passados dois dias serem divulgados números da DGS completamente diferentes. Isto colocava em incredibilidade o Serviço Nacional de Saúde (SNS), em particular a Direção Geral de Saúde (DGS) ou punha em causa a CMS, que fornecia os números. Acrescentou que mesmo a Autoridade de Saúde Pública local, tinha apresentado um número exorbitante de óbitos de um dia para o outro, o qual havia sido contestado e verificado de que se havia tratado de um erro. -----

-----Disse também que a informação que tinham hoje, era que qualquer pessoa que falecesse e estivesse testada positivamente, era contabilizada como morte por covid-19, mesmo que a causa do falecimento fosse outra qualquer. Neste momento a AML estava toda em risco muito elevado porque tinha saído um mapa na sequência da conferência de imprensa de ontem do Conselho de Ministros, onde tinha sido exibido um mapa que demonstrava isso mesmo, à exceção de Alcochete que estava em risco extremo. -----

-----Disse ainda que ninguém sabia os números. Os mesmos normalmente saíam à segunda-feira, mas o Presidente da Câmara só tinha acesso a essa informação da mesma forma que qualquer outro cidadão. Esta situação já tinha suscitado, e bem, o desconforto de alguns presidentes de câmara do Municípios da AML. Acrescentou que havia uma questão que estava a ser notada por todos, que era que mesmo nesta matéria, inclusive com as questões de medidas que eventualmente pudessem surgir, até há cerca de 2 meses atrás, as Câmaras, a AML e os Presidentes das Câmaras eram minimamente contactados para haver uma perceção sobre medidas a implementar.-----

-----Referiu que apesar de agora serem apanhados de surpresa com os números, tinham vindo a ter um papel completamente de partilha e de compromisso, mesmo às vezes discordando de algumas medidas que eram implementadas ou da sua eficiência face a outras que podiam ser, com as entidades públicas nacionais e regionais, sobretudo da saúde, da Segurança Social e da Segurança, e com as medidas emanadas das decisões do Governo.-----

-----A verdade era que nos últimos tempos, andavam ao “sabor do barco” e áquilo que eventualmente viesse a definir. Disse que se perguntassem hoje ao Presidente da CMS e ao Vereador da Proteção Civil, quantos casos existiam em Sesimbra por 100 mil habitantes nos últimos 14 dias, não saberiam responder.

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Isto era no mínimo caricato.-----

-----Referiu que em todos os concelhos estavam a subir o número de caos, e aparentemente, o número de novos casos em Sesimbra andava muito em linha com os números nacionais. Informou que havia uma situação num Lar no Zambujal, que era a mais dramática e preocupante neste momento, mas que estava a ser acompanhada. -----

-----Disse que a CM tinha vindo a estar em constante articulação com a equipa técnica do Lar, não apenas no apoio necessário, mas também no fornecimento de materiais, na recolha de todos os resíduos que eram depositados, na articulação com a Segurança Social para as equipas que estavam a substituir os trabalhadores que estavam em casa em quarentena. Acrescentou que, a informação verbal que tinha, era que os trabalhadores tinham começado a fazer ontem novos testes.-----

----- Informou que havia situações de menor dimensão noutra Lar na Freguesia do Castelo, que estava aparentemente controlada, e outra situação num Lar da Quinta do Conde que aparentemente já estava mais controlada, e a informação que tinha sido transmitida hoje pelo Delegado de Saúde era que existiam mais 3 lares na Quinta do Conde com novos infetados, e que a situação neste momento era de diminuição da maior incidência na Quinta do Conde, para um equilíbrio em função da população. -----

-----Disse que já tinha comentado com o Vereador Francisco Luís que se sujeitavam, com o mesmo conhecimento que qualquer cidadão do País e do Concelho, a ser surpreendidos com um novo conjunto de medidas na segunda-feira, que depois teriam de implementar na terça-feira, inclusivamente, do funcionamento dos serviços públicos, coisa que não acontecia há alguns meses, porque até mesmo a questão do teletrabalho tinha sido previamente colocada às Câmaras Municipais, umas vezes por via da Área Metropolitana de Lisboa, outras vezes diretamente pelo Secretário de Estado Eduardo Cordeiro, que tinha ligado “N” de vezes, sempre que tinha existido a necessidade de alguma ponderação e pedido de contributos relativamente a Sesimbra. -----

-----Concluiu dizendo, que nesta altura estavam completamente reféns dos números que passavam cá para fora por parte da comunicação social, e reféns das decisões que qualquer cidadão viesse também a ter conhecimento. -----

-----Cedeu em seguida a palavra à **Vereadora Felícia Costa**, que após cumprimentar todos os presentes, desejou um Bom Ano a todos, com mais saúde e com mais segurança para todas as famílias de Sesimbra. -----

-----Relativamente à questão colocada pela Deputada Andredina Cardoso sobre os Juizes Sociais, disse que esta matéria já tinha alguns anos e que não tinha tido ainda a implementação, ao nível dos municípios e do território nacional, tão acentuada como poderia merecer.-----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Explicou que esta era uma matéria que dizia respeito a 3 áreas concretas ao nível do arrendamento rural e de conflitos nessa matéria, ao nível também do tribunal de menores e também nas questões laborais. A proposta teria de partir sempre da parte da comarca. Este era um processo gerido pelo Conselho Superior de Magistratura, que lançava uma candidatura para cidadãos que quisessem, ao nível das matérias do arrendamento rural, do tribunal de menores ou questões laborais. -----

-----Havia um conjunto de requisitos que os cidadãos tinham de preencher para poderem ser escolhidos. Nunca tinha sido colocado ao Município de Sesimbra essa possibilidade, nem haver na Comarca uma situação dessas. Mas, um dia que acontecesse, obviamente que teriam de ponderar e avaliar se avançariam ou não, dentro das condições e daquilo que os municípios também seriam chamados a participar neste processo. Mas, não tinham recebido nenhum contacto por parte do Ministério da Justiça sobre essa matéria. -----

-----Em relação à habitação social, disse que havia neste momento, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PPR), 800 milhões de euros para a AML, que serviam para poder financiar projetos de habitação social. -----

-----Referiu que na segunda ou na terça-feira, teriam de remeter para a AML um conjunto de fichas, bastante exaustivas, com o levantamento de todos os projetos que se propunham realizar para se poderem candidatar a uma parte desses 800 milhões de euros, que no caso de Sesimbra, tinha merecido desde logo um levantamento das necessidades em termos de território, e uma das necessidades tinha sido logo identificada na Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Relembrou que havia 250 fogos de habitação social, e na Quinta do Conde só havia 60, portanto havia uma assimetria bastante grande entre a Freguesia e o resto do Concelho que era importante corrigir, e daí que a proposta nas fichas que estavam a elaborar que tinha de ter os projetos que se propunham construir e o número de famílias e pessoas a contemplar, quais os custos do investimento de cada um dos projetos. Acrescentou que estavam a prever para a Freguesia da Quinta do Conde, aproveitar terrenos que já eram da Câmara, até porque este programa não dava para a aquisição de solos nem de edifícios, e estavam a usar maioritariamente solos que já eram da propriedade do município. -----

-----Explicou que estavam a propor para a Quinta do Conde, a construção de 4 blocos na AUGI 24, aproveitando a sua área central que estava toda infraestruturada, e a AUGI tinha sido assumida pela CM há cerca de 15/16 anos, e a CM tinha uma série de terrenos que, de acordo com o Plano de Urbanização da AUGI, eram para habitação coletiva e eram propriedade do município. -----

-----Para essa AUGI estavam a prever a construção de 4 blocos e num outro bloco num outro terreno

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

também da Quinta do Conde, estavam a prever 8 fogos. Na Freguesia de Santiago estavam a prever a possibilidade de avançar no Bairro Infante Dom Henrique, para a zona de estacionamento onde era possível fazer a construção de 32 fogos, a candidatura para a construção dos mesmos, e eventualmente, em 8 fogos que tinham e que iriam ter de ser demolidos porque estavam em muito más condições e muitos deles ainda tinham moradores. Estavam neste momento em fase de realojamento desses moradores, e a possibilidade de construir aí um abrigo de alojamento temporário para poder acolher quem necessitasse temporariamente de alojamento, como por exemplo em caso de situações de derrocadas, de catástrofes, vítimas de violência doméstica, entre outros, porque os municípios não tinham essa resposta rápida e a disponibilidade de poder facilmente realojar pessoas nessas situações. -----

-----Neste momento estavam a fazer a estimativa de custos que tudo isso iria envolver. Esta era uma intervenção financiada a 100%, mas não financiava a aquisição de terrenos e de edifícios. Tinham em perspetiva a possibilidade de construir na Freguesia de Santiago à volta de 60/50 fogos, num edifício que não era da Câmara e que teriam de comprar, mas como não podia ser financiado por via deste programa, estavam a pensar em articular o mesmo com o 1º Direito que era um programa do Instituto de Reabilitação e de Habitação Urbana (IHRU) que possibilitava, através de empréstimos com juros mais baixos, avançar para 1 conjunto de operações no âmbito da habitação Social. Essa era uma outra perspetiva que teria de ser articulada com este programa e que ia resultar no final da elaboração da carta do diagnóstico social de habitação, que estavam neste momento a preparar e que iria dar origem não apenas ao diagnóstico mas também à estratégia, que no fundo iria apontar para a necessidade de criar habitação social de renda apoiada na Freguesia da Quinta do Conde e também no resto do território, mas ainda a possibilidade de se avançar para um programa bastante vasto no âmbito da renda acessível. -----

-----Visto que o programa, que vinha do PRR, não dava para renda acessível, estavam a pensar em que eventualmente alguns dos fogos que neste momento já eram propriedade da CM, e que estavam em sistemas de renda apoiada, pudessem ser transferidos para renda acessível, realojando essas pessoas que já se encontravam em tipologias que não eram ajustadas ao seu agregado familiar deste momento, podendo colocar esses fogos na renda acessível. -----

-----Disse que, como todos sabiam, não havia renda acessível em Sesimbra e precisavam muito, porque o sistema de renda apoiada, no fundo, tinha um teto máximo do rendimento económico da família, que permitia que a mesma fosse candidata aos programas de renda apoiada. Sabiam, não apenas pela pressão turística que Sesimbra tinha, pelo mercado elevado de rendas e de todos os imóveis, que muitas famílias de classe média/baixa ou mesmo apenas de classe média, com rendimentos dentro dos 1000 euros per

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

capita, era insuficiente para poder arrendar uma casa, por exemplo, na Vila de Sesimbra, pela pressão sobre os preços e sobre os valores do mercado imobiliário. E, portanto, a intenção era também garantir, sobretudo na Vila de Sesimbra, que se criasse uma bolsa de fogos para colocar como renda acessível para dar resposta a essas famílias que não estavam em condições de estarem no esquema de renda apoiada, mas que depois também não conseguiam, ao nível do mercado de arrendamento normal, aceder a um fogo porque tinham as rendas bastante caras.-----

-----Portanto, a estratégia avançava para a construção de casas a renda apoiada e, se não fosse possível colocar essas casas numa situação de arrendamento para renda acessível, libertar alguns dos fogos que já tinham hoje para renda acessível. -----

-----Na Freguesia do Castelo, neste momento aquilo que era definido em termos da oferta em termos de habitação, era a retoma por parte da Efimóveis, da intenção de construir aquele edifício que ficava na zona da Cotovia, em frente à escola que há uns anos atrás, no início deste processo, era para venda a custos controlados, e hoje porque o IRHU financiava a Efimóveis, permitia também financiamentos empréstimos para renda acessível. Acrescentou que já tinham contactado a Efimóveis, e que o próprio tinha ido de encontro à proposta da Câmara, que não fosse para venda a custos controlados, porque todos sabiam o que acontecia, como tinha acontecido com “Varandas Felizes”, em que a casa tinha sido colocada à venda a custos controlados e tinham vendido apartamentos por cerca de 100 mil euros, e hoje só era possível colocar um ónus de 5 anos, e ao fim desse tempo os moradores podiam vender as casas e a Câmara tinha apenas o direito de preferência em relação àquilo que era o valor do mercado. Portanto, o que acontecia muitas vezes era que havia financiamentos públicos para garantir a habitação condigna às pessoas, e passados poucos anos as mesmas faziam especulação com aquilo que tinha sido um financiamento público.

----- O sistema de rendimento acessível garantia mais a necessidade de garantir a todos os munícipes habitações com condições condignas. De qualquer forma, logo que tivessem as fichas e as candidaturas, poderiam discutir esta questão com mais pormenor, já com os valores também estimados. -----

-----Relativamente aos computadores distribuídos para as escolas, disse que a informação que tinham da parte das escolas era que a parte tecnológica das escolas estava muito deficitária, não apenas porque não tinham equipamentos, e aquilo que o Deputado Rui Rodrigues tinha referido era uma realidade não apenas no Agrupamento de Escolas Michel Giacometti, mas em todas as escolas. Algumas das sedes dos agrupamentos estavam a utilizar o equipamento informático que a Câmara no início de 2020 tinha disponibilizado às escolas, que eram tablets, que tinham adquirido através de uma candidatura feita pelo Município de Sesimbra que servia para garantir também às escolas do 1º ciclo uma melhor capacidade em

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

termos tecnológicos, e eram esses tablets que estavam neste momento a servir de recurso para algumas aulas à distância ou para aquilo que em termos de computadores, os agrupamentos tinham necessidade.

-----Relativamente à pavimentação das AUGI'S, disse que o que se tinha dito era um encontro de contas. Os Contratos de Urbanização das AUGIS do Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas, tinham obras que deviam de ter sido executadas pelo Município e que tinham sido executadas pela Comissão de Administração, nomeadamente ao nível da rede de saneamento, e o que tinham exposto à AM era que a CM substituía-se às AUGI'S e àquilo que era as suas obrigações nas pavimentações, no fundo por compensação de obras que caberia à CM ter feito ao nível da rede de esgotos, e no fim, quando todas as contas das AUGI tivessem de ser encerradas, far-se-ia o encontro de contas entre aquilo que era a obra realizada pela CM e que deveria de ter sido feita pela AUGI e vice-versa. -----

-----Na verdade, as obras de pavimentação que iam fazer, era a CM que ia pagar na totalidade, de qualquer forma, as AUGI's tinham essa verba e já tinham avançado embora deveria sido a CM a avançar de acordo com o contrato de urbanização.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Vereador José Polido**, que cumprimentou todos os presentes desejando um excelente ano de 2021 a todos os presentes.-----

-----Logo de seguida, passou a responder ao Deputado João Rodrigues sobre as taxas municipais que tinham tido o acréscimo de 0,36% de acordo com a inflação, dizendo que o regulamento obrigava a isso e que o executivo municipal tinha ponderado não trazer, mas por imposição legal, tinham sido obrigados a trazer de facto essa atualização do tarifário, porque como tinha sido referido e bem pelo Sr. Presidente, tinham vindo a estar ao lado de todas as instituições que estavam a passar tantos momentos difíceis nesta altura, e portanto não fazia sentido se não fosse uma obrigação legal trazer este aumento, mesmo que residual. -----

-----Relativamente à questão da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) mencionada pelo Deputado Paulo Caetano, disse que neste momento o que existia era a empresa F9 Consulting, que tinha sido contratada pela Associação da qual faziam parte os 9 municípios da Península de Setúbal, para elaborar um estudo de fornecimento de água em alta aos 9 municípios, e daí o próprio ter dito que o que estava acordado neste momento entre os municípios era um ponto de entrega e que haveria 2 locais de excelência de captação, que era junto à Ford Volkswagen em Palmela e também na Herdade Rio Frio. E portanto, era isso que estava em cima da mesa neste momento. -----

-----Referiu que tinham sido feitos estudos sobre a qualidade do aquífero na Península de Setúbal e também estudos de viabilidade económica sobre que modelo é que iria ser, se de serviços intermunicipais

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ou empresas. Portanto, tudo isso estava a ser ponderado neste momento e existia um grupo de trabalho. Acrescentou que se se avançasse para a constituição quer de uma quer de outra instituição, a Assembleia Municipal seria chamada a pronunciar-se. -----

-----Disse também que neste momento estava a ser ponderada a questão de integração de Setúbal que tinha as águas colacionadas às águas do Sado, e os municípios não tinham todos os setores na sua posse de igual forma, ou seja, uns tinham a Simarsul, outros a Amarsul e outros os serviços municipais, e o que estava a ser ponderado neste momento era a constituição dessa estrutura a cerca de 30 anos, mas poderia oscilar mais para o lado dos 50, quer entrasse o Município de Setúbal ou quer os Municípios decidissem outros tipos de investimento. Acrescentou que o que estava acordado neste momento para baixar os custos da operação nesta primeira fase era um único ponto de entrega em cada um dos municípios para salvaguardar a qualidade do fornecimento da água que neste momento era de excelente qualidade no Município de Sesimbra, mas com a pressão demográfica que se criava na Península de Setúbal, e já havia municípios que estavam a passar por alguma dificuldade em termos da captação da própria água, e tinham de ser todos um pouco solidários nesta matéria, e era isso que estavam neste momento a fazer e a elaborar.

-----Relativamente à questão do Deputado Lobo da Silva sobre o saldo orçamental que tinha passado para 2021, disse que era de 3,6 milhões de euros. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Francisco Luís**, que depois de cumprimentar todos os presentes, disse, relativamente às reuniões da Comissão Municipal de Segurança, que a mesma não tinha vindo a reunir, mas entretanto tinha existido pequenas alterações quer em relação à composição, por Decreto Lei, da própria Comissão, quer com a criação de uma comissão restrita, bastante mais pequena, que tinha vindo a resolver uma série de problemas de funcionalidade da comissão alargada. -----

-----Referiu que a comissão inicial era composta por imensos representantes de muitas entidades, não só as forças de segurança, como representantes de movimentos associativos, de escolas e pais. Portanto, era uma comissão bastante heterogénea com um elevado número de membros. O que se havia constatado era que havia muita informação confidencial que as entidades, nomeadamente da área da segurança e outras, não a partilhavam nas reuniões da comissão, não por desconfiança em relação aos membros da comissão mas porque não gostavam de partilhar esse tipo de informação em núcleos muito alargados. A partir de determinada altura, tinha-se percebido que as reuniões da comissão serviam apenas para cumprir calendário e prazos. -----

-----Referiu que se recordava perfeitamente de que havia informação que era solicitada e que era prestada ao próprio e eventualmente ao Presidente da CM e aos comandantes das forças de segurança,

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

que depois não era partilhada nas reuniões da comissão, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério Público, a Polícia Judiciária e eventualmente até os comandantes das forças de segurança da GNR, da Autoridade Marítima, etc. Então, para além de se ter feito uma retificação à composição da Comissão, com a saída dos representantes dos cidadãos, também se tinha criado a figura da comissão restrita, onde essa sim estava representada no Conselho Municipal de Proteção Civil, que era representada pelo Presidente da CM, Vereador e Comandantes das Forças de Segurança, e este grupo reunia frequentemente, até no âmbito do Conselho Municipal de Proteção Civil. -----

----- Por fim, disse que tudo isto não queria dizer que não tivessem de reavaliar esta situação, mas não fazia sentido estar a marcar reuniões da comissão municipal de segurança quando o proveito era quase nada porque a partilha de informação não era vertida.-----

-----Usou da palavra a **Presidente da AM**, que disse que ainda bem que o Deputado João Rodrigues tinha colocado esta questão relativamente à Comissão Municipal de Segurança, e fazia “*mea culpa*” por não ter o acompanhamento atempado da alteração legislativa sobre esta constituição, na medida em que também não só esta Assembleia tinha sido convidada a elaborar o respetivo regulamento e tinha dado posse aos elementos da respetiva comissão, e além do mais, todas as forças políticas tinham feito a indicação de representantes, nomeadamente de 5 cidadãos que faziam parte desta comissão. -----

-----Face aos factos e à atual situação legal, iriam-se comprometer em explicar e a informar todos os colegas deputados sobre esta matéria, e sobretudo os eleitos cidadãos e cidadãs que haviam disponibilizado o seu tempo para uma causa de cooperação cívica, e era fundamental que eles soubessem neste momento quais eram as alterações significativas que a Lei tinha tido e que lhes tinha proporcionado a dispensa desta comissão, uma vez que a mesma tinha deixado de ter a operacionalidade que estava prevista, e tinha sido substituída por outra, que acreditava que fosse em termos práticos e metodológicos mais eficaz porque se tratava, no momento atual, de matéria, de conhecimentos, de contactos, de acertos e de estratégias de extrema importância para executar e aplicar. -----

-----Interveio novamente o **Vereador Francisco Luís**, que disse que faria chegar à Assembleia Municipal, o respetivo Decreto-Lei de Março de 2019 que tinha alterado a composição das comissões e a criação da comissão restrita. -----

-----**A Presidente da AMS** agradeceu o Vereador, e disse que era um compromisso não só legal mas também de honra perante todos os deputados, e sobretudo perante os cidadãos (as) convidados. -----

-----Solicitou a palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que relativamente à explicação da Vereadora sobre a construção de blocos na AUGI 24, perguntou se estavam a falar da AUGI 24 da Ribeira do Marchante, em

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

frente ao cemitério e junto à Quinta do Peru. -----

-----Sobre as eleições presidenciais, disse que tinha ficado confuso sobre secção poder ir a casa das pessoas que estavam confinadas mais os representantes das candidaturas. Perguntou, se a secção era de 5 pessoas e se ia fechar a secção. -----

-----Interveio o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que brevemente teriam a descentralização de competências na área da educação, mas tinha conhecimento que a situação da Escola Secundária de Sampaio ao nível das infraestruturas, quer de saneamento de esgoto, quer ao nível da água e parte elétrica, estava um caos. Acrescentou que se se ligasse um aquecedor numa sala, o quadro da escola ia abaixo, e as salas, em situação de pandemia, tinham de estar com as janelas abertas e o frio para os alunos devia de ser terrível. Perguntou se a Vereadora tinha conhecimento da situação que se estava a passar na Escola Secundária de Sampaio, e o que é que o Ministério da Educação dizia em função de estarem à beira de uma descentralização de competências e irem receber uma escola a “cair de madura”. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues**, que disse que as explicações eram dizer muito pouco em relação ao que se passava com o regulamento do Conselho Municipal de Segurança, porque havia uma alteração que indicava que as pessoas tinham ficado sem função nesse conselho e não eram avisadas. -----

-----Perguntou se o regulamento não tinha ido à Assembleia, pois estava convencido disso, até porque o mesmo tinha o símbolo da Assembleia Municipal. Questionou ainda se era ou não importante comunicar as alterações à Assembleia Municipal. -----

-----Disse que normalmente fundamentava as suas questões para que as pessoas percebessem o porquê de estar a colocar aquela questão, e depois ouvia os argumentos do Sr. Presidente respeitando-o, assim como o próprio respeitava o Presidente na sua vertente de análise da situação, e não insistia em continuar a discutir os assuntos porque não valia a pena quando ambos já tinham colocado as respetivas posições, e as pessoas que ouviam decidiam a quem davam mais ou menos razão tendo em conta os fundamentos que cada um apresentava. Mas, na verdade havia um regulamento aprovado na AM que tinha sofrido alterações sucessivas e que havia pessoas que tinham sido indicadas na AM que achavam que iam ter uma intervenção e que agora não tinham intervenção nenhuma, e eram destituídas para aquilo que tinham sido nomeadas e ninguém dizia nada. Isto era uma vergonha! -----

-----Solicitou que o Presidente da CM comunicasse às pessoas que não havia reuniões por causa da situação pandémica, para as pessoas pelo menos sentirem que tinha havido cuidado da parte do Presidente. Era o mínimo que se podia fazer por essas pessoas. -----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em relação à questão das pavimentações das AUGI'S, disse que na sua intervenção tinha dito que aquilo era uma nota final, mas que o Presidente tinha decidido intervir sobre o assunto, dando a justificação acerca de ter sido a Câmara a tomara iniciativa daquele investimento, o que considerava certo, e aprovavam também esse investimento porque percebiam o enquadramento dado pelo Presidente bem como o enquadramento dado pela Vice-Presidente em relação a algumas despesas que podiam ser compensadas, mas o que a Vice-Presidente não podia dizer nunca, era que iam receber aquele dinheiro, porque isso era outra coisa. -----

-----Uma coisa era dizer que a iniciativa daquela intervenção se devia por não haver condições da AUGI fazer aquela pavimentação e que havia algumas obras que a AUGI tinha tomado a iniciativa de fazer e que podiam ser compensadas, mas outra coisa era dizer que iam receber o dinheiro que a CM tinha investido nos pavimentos, porque os mesmos eram feitos exclusivamente por iniciativa, por necessidade e por opção da Câmara.-----

-----Disse que para que a Vice-Presidente tivesse razão, era preciso que lançassem na AUGI o valor da operação feita pela CM, e também aquilo que a AUGI tinha feito. Se fizessem esses lançamentos, sabia que aquilo era verdade, que havia compensações e que se ia receber alguma coisa. -----

-----Por fim, pediu que não enganassem as pessoas e afirmou que já na outra sessão tinha dito que este era um investimento da Câmara. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes desejando um Bom Ano, bem como a todos os cidadãos do Concelho que estavam a assistir à sessão *online*.

-----De seguida, agradeceu à Sra. Presidente por após 3 anos de mandato, terem conseguido disponibilizar as transmissões *online*, e aguardava pelo dia em que teriam estas transmissões *online* em direto, como já acontecia com as reuniões da Câmara, que tinha sido um passo positivo e que tinham de aprofundar. -----

-----Em seguida, relativamente às zonas de estacionamento na Vila de Sesimbra, disse que tinham vindo a assistir ao longo dos anos, evoluções e alterações, até com base no "input" dos cidadãos, e queria perceber se no futuro próximo estava previsto algum tipo de alteração e quais as suas motivações.-----

-----Acrescentou que já tinha entrado na CM 2 processos urbanísticos mas que ainda não tinham tido desenvolvimento. -----

-----Disse que queria transmitir a sua opinião pessoal relativamente à Estratégia Local de Habitação (ELH), e referiu que o Concelho de Sesimbra estava no top 20 de concelhos, onde 1 residente menos metros quadrados conseguia adquirir com 65% do seu rendimento. Era o 34º Concelho onde era mais caro arrendar

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma habitação por m2, e na maioria dos concelhos que estavam à frente do de Sesimbra em termos de custo por m2, os rendimentos da população eram superiores aos rendimentos da população do Concelho de Sesimbra. -----

-----Obviamente que esta situação resultava de alguns aspetos positivos, nomeadamente do dinamismo económico do Concelho nos últimos anos, da localização privilegiada de Sesimbra dentro da AML, e trazia receitas para a autarquia, que tinha permitido terem tido o maior orçamento de sempre. Mas, esta situação também tinha custos e tinha vindo a ter custos nos últimos anos. Isto tinha vindo a impossibilitar a emancipação jovem no Concelho de Sesimbra, e trazia, hoje em dia, um sobrecusto e um encargo financeiro superior com o arrendamento e aquisição de casa às famílias do Concelho, superior proporcionalmente do que à maioria das famílias dos concelhos do País. -----

-----Disse também, que tudo o que a Vice-presidente tinha referido sobre a Estratégia Local de Habitação (ELH) era positivo e ia no sentido correto, mas pecava por tardia, porque já deveriam de ter hoje alguma coisa no terreno, porque a situação dos custos das habitações tinha vindo a ser um dos maiores flagelos económicos que as famílias de Sesimbra, e os jovens em particular, tinham vindo a enfrentar no Concelho, e que a CMS, enquanto instituição, não tinha conseguido dar resposta. -----

-----Por fim, relativamente à Covid-19, perguntou se em termos económicos o Presidente tinha a noção de alguns números e se podia transmitir essa informação para terem essa realidade presente. Referiu que em março de 2019, a Bancada do PS tinha apresentado uma moção relativamente à proteção e valorização do comércio tradicional local, e que hoje, tal como todo o comércio local passava por dificuldades, perguntou se o Executivo tinha tido a oportunidade de aprofundar de alguma forma essa matéria.-----

-----Intervindo novamente **a Presidente da AMS** relativamente à questão da transmissão das sessões, esta referiu que a Democracia fazia-se conquistando dia após dia, ainda que muitas vezes se recuasse um passo para que no outro conseguissem dar 2 passos em frente, e esta Assembleia tinha vindo a dar passos muito significativos nas novas tecnologias, como por exemplo na criação da Plataforma da Assembleia Municipal (PAM'S), com a qual e sem a qual hoje teriam “resmas” de documentos, como era o caso de hoje, do relatório da Atividade Municipal.-----

-----Disse que há 12 anos faziam-se metade dos relatórios relativamente ao número de deputados desta assembleia, ou seja, quando havia 10 deputados havia 5 documentos, e andava uma carrinha a distribuir a documentação pelas respetivas residências dos deputados. E, como hoje se estavam a manifestar de forma satisfatória por este meio de comunicação mais amplo, tinham de apreciar também todos os passos que tinham sido dados, ainda que muitas vezes fossem críticos e devessem ser ambiciosos,

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e era importante que continuassem a ter a ambição de fazer melhor e ter uma melhor participação na assembleia, e por sua vez, a própria assembleia em termos de Órgão Autárquico, ter uma prestação cívica junto da população do Concelho para que pudessem transmitir as diversas posições sobre as diferentes matérias que eram abordadas nesta assembleia.-----

-----Relativamente à questão do estacionamento, informou que na próxima sessão, e na reunião da respetiva comissão, a matéria que dizia respeito ao Contrato de Concessão de Exploração e Gestão de Regimento de Concessão de Serviços Públicos de lugares e Parques de Estacionamento, seria debatida. Acrescentou que o coordenador da respetiva comissão tinha já em mente essa tarefa a desenvolver muito brevemente.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** para que prestasse esclarecimentos relativamente às últimas questões colocadas, e começou por responder à questão dos indicadores económicos, dizendo que nem a AML nem o Governo tinham ainda neste momento indicadores económicos que fossem credíveis para se tomarem medidas a nível nacional, quanto mais a Câmara a nível local.-----

-----O único indicador que tinham era o que resultava do observatório de turismo de Lisboa, que no caso de Sesimbra fazia uma amostra de 70% do tecido hoteleiro e que tinha, quer em termos de número de dormidas quer em termos do valor bruto da área de hotelaria, a indicação mensal, que era reportada ao mês N- 2, portanto tinham disponíveis os dados de setembro.-----

-----Referiu que no mês de julho tinham tido uma quebra de 35% face ao período homólogo, no mês de agosto uma quebra de 17%, e no mês de setembro uma quebra de 46%, no que dizia respeito à hotelaria. Era o único indicador que neste momento era fiável e que não era empírico, porque não tinham outro. Não deixava de ser preocupante, tendo em conta que era um setor que também que assinalava a dinâmica económica, que tinha a vantagem de dentro do quadro dos 18 municípios da AML, era aquele que tinha apresentado apesar de tudo, os resultados com quebras menores.-----

-----Referiu também que a CM conseguia ter os dados concertados por via do INE, praticamente 1 ano e 2 meses depois do final de cada ano civil económico, ou seja, iam provavelmente em janeiro/fevereiro, receber os dados económicos de 2019 respeitantes ao volume de negócios, do número de empregados por setor, da percentagem de atividades em função daquilo que eram os CAE's e por empresa, com exceção da economia social e empresários em nome individual. E, era com base nesses dados que tinham vindo a tomar também determinadas opções.-----

-----Disse que aquilo que tinha vindo a ser a prática e a posição do Município de Sesimbra, era acompanhar medidas emanadas da Administração Central. "Despiam qualquer tipo de camisola" e havia

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma grande concertação entre os 18 municípios da AML nesta matéria e nas medidas a implementar até suplementarmente, e obviamente que teriam de aguardar por dados concretos para perceber. -----

-----Relativamente à questão da economia local e do comércio tradicional, disse que até nesse aspeto, as decisões que se tinham vindo a tomar, fossem ou não as mais acertadas e mais efetivas, tinham sido muitas vezes promovidas e implementadas em função de dados, de características e de condições que havia no momento. -----

-----Referiu que tinha feito uma declaração pública em que tinha dito que deliberadamente, tinham tido sempre presente que teria de haver um equilíbrio no Concelho de Sesimbra, até pelas características do seu tecido económico e o conjunto de atividades principais do Concelho, entre a saúde, as medidas sanitárias e a valorização da economia. Não tinha sido por mero acaso, e não queria fazer uma correlação porque não tinha aqui dados que o pudessem fazer, mas admitia que tivesse contribuído. Acrescentou que tinha havido uma campanha durante o período de verão e que muitas vezes até tinha sido criticada por alguns cidadãos locais, o que era perfeitamente justificável e normal, porque cada um tinha a sua própria opinião sobre se a medida implementada era mais ou menos eficiente que as medidas que resultavam das decisões Governo. -----

-----Disse que tinham tomado a opção de fazer uma campanha agressiva em conjunto com os operadores ligados ao turismo para o mercado interno, e que tinha tido custos sobretudo de promoção do destino. Não podia dizer se havia uma relação causa/efeito, mas garantidamente que havia um conjunto de fatores. Mas, a opção, a prioridade e a incisividade dessa campanha, tinha sido precisamente a de trazer pessoas de fora para Sesimbra. Claro que tinham recebido críticas, porque os restaurantes andavam cheios e a GNR não fazia nada, e também porque a praia andava cheia. Acrescentou que tinha passado grande parte do verão em Sesimbra, com exceção de 2 semanas, e tinha ido à praia quase todos os dias, com o devido afastamento, e nunca tinha sentido que houvesse algum problema. -----

-----Referiu que tinham chegado ao final do ano com as condições e conjuntura do momento da situação pandémica, e não estavam em condições de fazer nenhuma campanha virada para o setor de turismo para fora do concelho, medidas de confinamento entre concelhos, e tinham tomado a opção, em cima da hora, de fazer uma campanha de valorização do comércio local, que tinha sido a primeira vez. Que era uma medida de apoio ao comércio local. Felizmente tinha havido uma adesão muito boa por parte do comércio, transversal a todas as freguesias e estabelecimentos. Era uma campanha virada fundamentalmente para a população do Concelho, que era aquela que estava virada especificamente para as lojas tradicionais e não para superfícies maioritárias e outro tipo de atividades, e tinha tido uma adesão

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

massiva por parte dos cidadãos. Tinha-se transacionado mais de 600 mil euros neste pequeno comércio.

-----Disse que se perguntassem se na Páscoa, que tradicionalmente era uma época também razoável do ponto de vista turístico, iam fazer uma campanha de promoção do destino ou uma campanha para o comércio local, neste momento não conseguia responder. Não conseguia saber o que é que ia na perspetiva do Governo para implementar na segunda-feira, mas provavelmente alguma coisa boa não era, porque tinha recebido uma mensagem do Presidente da Câmara de Lisboa a cancelar a iniciativa que estava prevista para 36 pessoas mais o 1º Ministro e o Ministro do Ambiente no Pavilhão Carlos Lopes, na próxima segunda-feira, para a apresentação da Carris Metropolitana, porque iam sair medidas muito restritivas.-

-----Disse ainda que tinham de fazer esta gestão quotidiana no dia-a-dia e provavelmente acertavam em alguns alvos e noutros podiam falhar um bocadinho ao lado, mas não podiam fazer de outra forma. Tinha vindo a ter uma postura de algum equilíbrio entre as medidas sanitárias, não pondo em causa a valorização que tinha de se fazer ao impacto negativo que representavam na nossa economia, se não passavam a ter 2 problemas em vez de 1, e não sabia qual era o mais difícil de resolver, mas aparentemente para o problema sanitário já tinham uma luz ao fundo do túnel.-----

-----Relativamente à habitação, disse que podia admitir que estavam com 1 ano de atraso porque a legislação que enquadrava a política de habitação e os financiamentos que eram fundamentais à concretização de ações para implementar soluções de habitação, tinham sido aprovadas em 2019 com o Programa 1º Direito que tinha definido os modelos e as formas de concretização da Estratégia Local de Habitação (ELH), que previamente tinha de ter uma Carta Local de Habitação que o Município neste momento estava a desenvolver. Se calhar podia ter começado há 6 meses atrás, mas 6 meses atrás não era nem de perto nem de longe o drama que tinha sido aqui colocado, porque antes disso o que tinham disponível do ponto de vista de financiamento era 0 ou quase 0, e tinham aproveitado o máximo que tinham. -----

-----Acrescentou que o máximo que tinham era de certa forma a intervenção que estava neste momento em curso da construção do Bloco da Mata. Não obstante de haver um défice de necessidades de fogos para renda apoiada, havia claramente para a classe média uma necessidade de soluções e de fogos para renda acessível, mas não se previa no PRR, a não ser uma solução reembolsável que ainda não estava definida, nenhum fundo nem nenhum meio de financiamento para a construção de soluções a renda acessível. -----

-----Disse que a verdade era que muitas vezes aquilo que eram as suas prioridades de investimento tinham a ver com os meios, os eixos prioritários que tinham pela frente e algumas opções que tomavam.

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Se tivessem financiamento como tinham tido para construir um conjunto de acessibilidades suaves, nomeadamente passeios, que era uma coisa que fazia falta, e tinha sido 12 anos presidente de junta e lembrava-se que tinha sido uma reivindicação antiga, aliás, o PS tinha apresentado várias moções na Assembleia de Freguesia pela acessibilidade dos alunos das Escolas de Sampaio aos principais transportes e à Nacional 378, e tinham estado anos a fio e hoje tinham conseguido concretizar.-----

-----Às vezes não davam relevo a este tipo de intervenções porque demoravam tempo e tinham pouca visibilidade, e não era uma obra de grande intervenção do ponto de vista de impacto visual para as pessoas, mas revolucionava, e muito, a mobilidade, mas tinham financiamento para isso. Também tinham financiamento para a recuperação de equipamentos da área cultural e tinham tido de investir no Cabo Espichel, no Castelo e reabilitar a Capela de São Sebastião.-----

-----Referiu que tinham um conjunto de solos disponíveis para a concretização de um conjunto de soluções que não passavam só por equipamentos da CM porque a mesma podia adquirir também fogos no mercado tradicional e tinha financiamento para isso através do 1º Direito, apesar de não conseguir mais barato do que conseguiria um particular, e portanto o dinamismo imobiliário que tinham no Concelho tinha também reflexos se a CM quisesse adquirir algum imóvel, e isso notava-se até através das rendas que a mesma pagava das pessoas que tiveram de sair do Bloco da Mata para poderem realizar a construção, que eram também caras e que não eram comportáveis com uma renda acessível e muito menos com uma renda apoiada.-----

-----Acrescentou que a verdade era que muitas destas opções também tinham servido para financiar e para terem em Sesimbra um conjunto de outros equipamentos e de infraestruturas que não eram da responsabilidade da CM. Se não tivessem de gastar do Orçamento Municipal e de receita municipal, que era constante e ainda bem que o era, em equipamentos que eram da responsabilidade da Administração Central, a folga orçamental era muito maior.-----

-----Disse que na 1ª versão que tinha sido pedida no PRR, tinham indicado como prioridade, para os sítios onde hoje previam renda apoiada, a construção de fogos para renda acessível. Agora iam ter de realocar as suas prioridades, que eram mais emergentes do que as necessidades que estavam identificadas para renda apoiada, que era a renda acessível, e iam ter de relocá-las para renda apoiada. Fazer isso ao mesmo tempo que se fazia a ELH, e depois a Administração Central ou a Europa dizer que podiam fazer a estratégia que quisessem mas que o valor tinha de ser gasto noutra coisa.-----

-----Disse também que não conheciam os avisos do PRR, e o que estavam a pensar era que se os avisos não condicionassem a construção e passados 1 ou 2 anos pudesse ser afeta a renda acessível, resolviam o

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

problema, se não resolvessem o problema por essa via, iam ter de realojar cidadãos que estavam no regime de renda apoiada nas novas construções e disponibilizar um conjunto significativo de fogos para renda acessível. -----

-----Relembrou que a renda acessível era uma questão muito contemporânea hoje e tinha a ver com a dinâmica que tinham tido na área do imobiliário nos últimos 5/6 anos na AML. Se colocavam estas questões aqui em Sesimbra, imaginava as que se colocariam em Lisboa, porque as pessoas estavam todas afastadas e queriam ir para Sesimbra porque apesar de tudo ainda era mais barato que Lisboa. Mas, a questão que se colocava há uns anos atrás e o financiamento que existia era para a venda a custos controlados, e as soluções que tinham tido no Município, e particularmente na Vila de Sesimbra, com o objetivo de fixar pessoas, que era ter habitação vendável a custos controlados para que um casal jovem ou uma família se pudesse fixar em Sesimbra adquirindo um imóvel a preços acessíveis, completamente fora dos preços do mercado. O que se tinha vindo a revelar ao longo dos anos era que assim que havia a oportunidade, até pela dinâmica do mercado imobiliário, se pudessem vender por 300 o que tinham comprado por 100, iam para a Freguesia do Castelo.-----

-----Disse que estavam neste momento a sofrer por parte dos proprietários, porque os fogos que tinha sido a Câmara a fazer a escritura, tinham um ónus de não alienação com um prazo de 20 anos, a não ser pelo valor da aquisição acrescido da taxa de inflação ao longo desses anos, mas os que tinham sido comercializados pela Efimóveis só tinha prazo de 5 anos, e havia imóveis que já estavam a ser comercializados, que as pessoas tinham comprado por 100 mil euros e estavam a vender por 200 mil ou mais euros para fazer uma casa na Freguesia do Castelo, porque tinham conseguido encontrar a 5 km de distância uma solução de habitação muito melhor que aquela que teriam na Vila de Sesimbra, e Isso eram jovens de Sesimbra, e não jovens que tinham vindo de Lisboa adquirir. -----

-----Referiu que a 3ª questão sobre esta matéria que queria desmistificar, e que pelo menos era a sua opinião, era que apesar de fazerem distinção entre as Freguesias de Santiago e do Castelo, a centralidade da Freguesia do Castelo era Santiago, porque era na Vila de Sesimbra onde se concentravam os serviços. Tirando a centralidade de Santana e Cotovia, que hoje eram polos, as pessoas iam culturalmente a Sesimbra, iam à praia e ao mercado de Sesimbra. Se a Freguesia de Castelo e Santiago fossem uma única se calhar não falavam nisto. Sesimbra, Santana e Cotovia estavam juntas e divididas por 2 quilómetros que era menos do que irem do Pragal ate Cacilhas, e esta era uma realidade incontornável. -----

-----Relativamente ao estacionamento, disse que não estava previsto nesta revisão ao regulamento, nenhuma alteração relativamente às localizações do estacionamento. O que estavam a estudar e que

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estava previsto, era a circulação e o estacionamento da Vila de Sesimbra com soluções de estacionamento tarifado do ponto de vista de infraestruturas e de edifícios. Acrescentou que era previsível que daqui a 1 ou 2 meses já tivessem mais 300 lugares e referiu que tinham uma questão dramática, porque no próximo verão, se houvesse a mesma dinâmica que tinha havido este ano, iam ter problemas acrescidos porque iam ter bolsas de estacionamento inutilizadas por força de outras intervenções que eram efetivamente necessárias.-----

-----Sobre a questão exposta pelo Deputado João Rodrigues, disse que dizer que iam receber o dinheiro de volta era uma metáfora, porque a expectativa face à ausência de investimento naquele local era que os cidadãos e coproprietários pagassem as taxas urbanísticas à CM e o dinheiro acabava por entrar, e por isso é que tinha vindo à Assembleia para deliberação, e neste caso havia aqui um acerto que iriam ter de fazer com as AUGI's para que estes fizessem obras que a CM depois teria de fazer. -----

-----No que dizia respeito à segurança, disse que fazia "*mea culpa*" e que não sabia também que tinha sido alterada a legislação. Acrescentou que concordava que se devia dar nota aos cidadãos dessa alteração.

-----Quanto à Escola de Sampaio, disse que fosse quem fosse que estivesse aqui no próximo mandato, ainda iria ver de uma forma ou de outra, muitas moções e recomendações a dizer que era preciso intervir nas escolas de 3º ciclo e de ensino secundário. -----

-----Referiu que não só a Escola Secundária de Sampaio como também a Escola Secundária Michel Giacometti estavam em situação dramática do ponto de vista da reabilitação. Como sabiam, iam fazer as obras da vedação da Escola de Sampaio apesar de não ser responsabilidade do Município, e o que iam ter era 20 mil euros para reabilitar. -----

-----Sobre o voto em mobilidade, referiu que o mesmo era para as pessoas que estavam em isolamento profilático e informou que iam estar 2 mesas constituídas com 5 membros de mesa, disponíveis no dia 17 de janeiro no Pavilhão do Grupo Desportivo de Sesimbra. As pessoas tinham de se inscrever até ao dia 14, e entre esse dia e o dia 17 iam-se buscar os votos às pessoas que estavam em isolamento profilático que eram transportados num envelope selado. -----

-----Disse que por Lei quem tinha de ir buscar os votos era o Presidente da CM ou um seu representante designado pelo mesmo, com mais uma equipa de colaboradores, e o que dizia a Lei era que para além do Presidente da CM ou um seu designado, podiam ir os membros da mesa respetiva das pessoas que se haviam inscrito até esse dia, e podiam ainda ir os delegados das candidaturas. Portanto, no limite, podiam ir 2 pessoas da CM, mas se os membros da mesa também quisessem ir já eram mais 5 pessoas, e se houvesse um delegado de cada partido que quisesse acompanhar eram mais 7.-----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Acrescentou que tinham de despir o fato, as luvas e a viseira a cada pessoa que fossem buscar o voto, colocar num saquinho e depois vestir novamente.-----

-----Interveio a **Presidente da AMS**, que disse que se algum dos Deputados intendesse conhecer em pormenor alguma questão relacionada com os esclarecimentos que o Presidente tinha acabado de prestar, estavam disponíveis para fazer a receção dessa informação porque podiam ser esclarecedores sobre os procedimentos que eventualmente alguns familiares ou amigos pudessem ter sobre a participação nas eleições de dia 24.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **2ª Secretária da Mesa, Deputada Conceição Gonçalves**, que cumprimentou todos os presentes e informou que as publicações referentes aos votos antecipados de mobilidade e aos votos de confinamento, e mesmo ao dia 24 de janeiro, estavam publicadas no *site* da CMS.-----

-----De seguida, a **Presidente** deu início ao 5.º ponto da ordem de trabalhos: “**18ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens / 14ª Edição do concurso “As cores da Cidadania”**”, dizendo que eram 2 projetos que todos já conheciam muito bem com 18 e 14 anos, respetivamente. Tinham vindo a ter uma adesão plena dos respetivos agrupamentos, dos professores responsáveis e dos alunos, e havia já um número bastante significativo de alunos que tinham vivenciado estas práticas que os projetos defendiam, quer ao nível do 3º ciclo quer ao nível do 1º ciclo.-----

-----Disse que era pena que a 17ª edição da AMJ não se tivesse concluído, por razões que todos conheciam, a não ser apenas a ação do “Eleito por 1 dia”, onde os jovens tinham tido a oportunidade, com os respetivos presidentes dos órgãos autárquicos do Concelho de Sesimbra, conhecer a sua responsabilidade e a vivência do órgão durante 1 dia. Acrescentou que não tinham feito mais nada porque as condições da pandemia haviam impossibilitado qualquer relação e qualquer desenvolvimento de qualquer ação.-----

-----Referiu que a opinião dos professores responsáveis dos respetivos agrupamentos para esta edição tinha sido unanime no sentido de dar continuidade ao trabalho desenvolvido que não tinha sido concluído, e voltar a trabalhar o mesmo tema, nomeadamente “*Proteger e Valorizar o Habitat Natural na Comunidade Local e no Mundo – Qual é o Nosso Contributo?*”. Este era um tema que se enquadrava dentro de certos objetivos da ONU e que acabava por ser estimulante para que os jovens de algum modo pudessem fazer essa transição para aquilo que eram os outros 16 objetivos, e sentir que a sua participação, não só na Assembleia como a participação cívica, podia ser importante naquilo que era o desígnio mundial e liderado pela Unesco.-----

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu também que nesta edição voltavam a ter as mesmas ações, inclusivamente tinham feito a previsão da realização de um vídeo, prevendo alguma cautela na impossibilidade das escolas não poderem realizar presencialmente as respetivas ações, para que cada escola pudesse elaborar um vídeo do seu trabalho a apresentar no final do ano letivo. -----

-----Disse que tudo estava preparado, calendarizado e organizado do ponto de vista da matriz original deste projeto, mas estavam também subjacentes algumas modalidades que pudessem vir a funcionar, desde videoconferência, desde contactos reduzidos e encontros nas escolas, de forma a cumprir as regras da Direção Geral da Saúde (DGS), que eram as regras que todos conheciam, mas também não deixar de trabalhar este projeto junto dos alunos e das respetivas escolas.-----

-----Relativamente à 14ª Edição das Cores da Cidadania, disse que as preocupações eram semelhantes no que dizia respeito ao trabalho que eventualmente os professores e educadores pudessem ter na abordagem aos 17 objetivos da Unesco, que no fundo acabavam por ser também matérias pedagógicas que podiam vir a ser trabalhadas de uma forma horizontal, em várias disciplinas, em várias áreas e em várias matérias.-----

-----Por fim, disse que estavam reunidas as condições enquanto elaboração de projeto, enquanto coordenação do projeto e enquanto adesão das próprias escolas e dos respetivos professores, para que pudessem funcionar este ano naturalmente, inspirados nas condições locais mas também condicionados ao momento que se vivia.-----

-----De seguida, não havendo observações por parte dos presentes, foi colocado à votação o 5º ponto da ordem de trabalhos: **“18ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens / 14ª Edição do concurso “As cores da Cidadania”, que foi aprovado por unanimidade.** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi solicitado pela Deputada Paula Rodrigues a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Ata nº 40 – Mandato 2017-2021

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal  
de Sesimbra  
AMS-16/00

Página 45 de 45

